



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL Nº 0001/AM/13, de 27/02/2013

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, nesta Cidade de Pombal, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, pelas dezoito horas, teve lugar a sessão ordinária da Assembleia Municipal, estando presentes, José Alves Grilo Gonçalves, João Manuel Carreira da Conceição Coucelo, Maria Fernanda Lopes Guardado Marques, Pedro Francisco Pires Brilhante, Carlos Alberto Ferreira da Silva, Joaquim dos Santos da Silva Branco, Teresa Maria Rodrigues Guapo, Fernando Silva, Maria da Conceição Freitas Anastácio, Cristina Portela Fragoso, Américo Ferreira, Pedro Filipe da Silva Murtinho, Maria Luzia Pereira Ferreira Domingues, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Jorge António Gaspar Cordeiro, Sérgio Manuel da Silva Gomes, Catarina Pascoal da Silva, Anézio Gonçalves Ferreira, Odete Marise dos Santos Alves, Edite Maria Olaio Domingues dos Santos, Tiago André de Sousa Galvão Varela Santos, Vítor da Conceição Gomes, Pedro Miguel Serra Santos, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, Elisabete dos Santos Alves e António Roque, António Fernandes Carrasqueira, Manuel Simões Rodrigues Marques, Fernando Rodrigues Matias, Eusébio Gonçalves Rodrigues, Leovigildo Marques da Silva Fernandes, Manuel António Rodrigues dos Santos, António Manuel Cardoso Fernandes, Avelino das Neves António, Aires Cardoso Moreira, António do Nascimento Lopes, Carlos Manuel Simões Cardoso, Carlos Manuel Rodrigues Domingues, Guilherme Manuel Gameiro Domingues, Isabel da Encarnação Costa, Ilídio Manuel da Mota, José Maria Gonçalves Neves, a fim de apreciar os assuntos constantes da seguinte ordem de trabalhos:

#### **Ponto 1 - Período de antes da Ordem do Dia:**

**Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;**

**Ponto 1.2 – Leitura / Resumo do expediente recebido e cumprimento de formalidades Legais;**

**Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade;**

#### **Ponto 2 - Período da Ordem do Dia:**

**Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano;**

**Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 5.<sup>a</sup> alteração ao Plano Diretor Municipal de Pombal;**

**Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre remodelação/ampliação da ETAR de Pombal - Declaração de interesse municipal;**

**Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alteração aos estatutos da PMUGEST- Pombal, Manutenção Urbana e Gestão, E.M., na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;**

**2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para 2013 – alteração.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### **2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre abertura de procedimentos concursais – Parecer prévio.**

Encontravam-se ainda presentes, o Senhor Vice-presidente da Câmara, Dr. Diogo Mateus, em representação do Senhor Presidente da Câmara, e os Senhores Vereadores Dr.<sup>a</sup> Ana Gonçalves, Dr. Fernando Parreira, Dr. Michäel António, Dr.<sup>a</sup> Paula Silva, Dr. Adelino Mendes e o Dr. Carlos Lopes.

Presidiu à sessão José Alves Grilo Gonçalves e foram secretários Carlos Alberto Ferreira da Silva, como 1.º secretário e Teresa Maria Rodrigues Guapo, como 2.ª Secretária.

O **Senhor Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, tendo-se verificado, após a chamada, as seguintes ausências.

**Eleitos pela lista do PSD** – João Manuel Vieira Cordeiro que apresentou pedido de justificação para a sua falta, a qual foi de imediato justificada pela Mesa.

A Mesa deliberou ainda justificar a falta da Eliana Jorge Cordeiro Varalonga, da Bancada do PSD, a qual pediu substituição não tendo sido possível chamar o cidadão a seguir na lista.

De seguida informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cã, Jorge Gameiro da Silva se fez substituir pela secretária da Junta, Dra. Maria José Marques, em virtude de se encontrar impossibilitado de comparecer à sessão,

Mais informou que os membros da bancada do Partido Socialista, Armindo Lopes Carolino, João André Varela Coelho e Fernando Daniel Lopes Carolino pediram substituição na presente sessão, tendo sido convocados os cidadãos imediatamente a seguir nas listas do Partido Socialista, João Pedro Monteiro Ferreira Gonçalves, Elisabete dos Santos Alves e António Roque, os quais se encontravam na sala e foram chamados a ocupar os respetivos lugares.

Informou ainda que Andreia Sofia Pinheiro Marques da Bancada do Partido Social Democrático também solicitou substituição tendo sido convocado a substituí-la o cidadão imediatamente a seguir nas listas do PSD, Anézio Gonçalves Ferreira, o qual, estando presente na sala, foi chamado a ocupar o seu lugar.

#### ***Ponto 1.1 – Leitura, discussão e votação das atas das sessões anteriores.***

O **Senhor Presidente da Assembleia** pediu dispensa da leitura da ata da última sessão da assembleia ordinária, de 28 de dezembro, uma vez que todos os membros a receberam atempadamente.

Colocada a ata a discussão, inscreveu-se o membro da Assembleia Vítor Gomes, que solicitou alterações de pormenor à ata as quais foram, de imediato, introduzidas.

**Colocada a mesma a votação foi a mesma aprovada por maioria, com 3 abstenções.**

**João Pedro** pediu a palavra para fazer a seguinte declaração de voto:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“Eu abstive-me porque não estive presente na reunião.”*

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, solicitou a dispensa da leitura da ata da sessão extraordinária, realizada em 14 de Outubro de 2012, em virtude da mesma ter sido distribuída por todos os membros ao que o plenário anuiu.

**Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com quatro abstenções.**

### *Ponto 1.2 – Leitura / resumo do expediente recebido e cumprimento das formalidades legais.*

**O Senhor Presidente da Assembleia** informou ter em sua posse um documento remetido pelo Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal sobre as comemorações dos 500 anos do Foral da Vila do Louriçal 1514-2014;

Referiu ter recebido um documento do Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo, sobre a passagem da gestão dos municípios do 24 para o 25 de abril e os presidentes das primeiras comissões administrativas.

Antes de dar continuidade aos trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara**, que justificou a presença de um Arquiteto na sala, a convite do executivo, como se segue:

*“Muito obrigado, eu quero antes de fazer esta apresentação do Senhor Arquiteto, e uma vez que é a primeira vez que estou nesta situação, nestes dezoito anos de mandatos do Engenheiro Narciso Mota, que hoje não está entre nós porque, a convite da Federação Portuguesa de Atletismo, acompanha a comitiva portuguesa nos Campeonatos da Europa que estão a decorrer em Estocolmo, na Suécia, com o Senhor Vereador do Desporto, para eventualmente e, por antecipação, vos pedir desculpa por qualquer circunstancia que vos pareça menos precisa no conjunto de esclarecimentos que possa vir a prestar no decorrer nesta assembleia, porque, apesar de tudo, a diferença funcional do Presidente da Câmara para o vice-presidente ou para os vereadores é alguma, e peço-vos antecipadamente essa compreensão, sem prejuízo do conjunto das informações que sejam requeridas e esclarecidas serem devidamente comunicadas.*

*Em função do conjunto de intervenções que estão a ser desenvolvidas no âmbito das parcerias de regeneração urbana que a cidade está a sofrer, desde maio de 2011, entendeu a Câmara Municipal que era devido à Assembleia Municipal, um período de apresentação do conjunto das obras que estão previstas para o Largo do Cardal, tendo para o efeito convidado o Senhor Arquiteto Reis de Figueiredo que trabalhou neste projeto e que acompanha estas obras, para poder apresentar, de uma forma sintética, a intervenção apenas do Largo do Cardal, e assim poder prestar os esclarecimento que os senhores deputados entendam necessários.*

*Por este motivo solicitou-se ao Senhor Presidente da Assembleia que, antes de entrarmos nas intervenções na generalidade, pudéssemos prestar estes esclarecimentos, pelo que pedia ao Senhor Arquiteto que, usando as tecnologias de projeção, apresente o seu trabalho neste fórum, onde os membros da Assembleia têm a função de acompanhar a atividade municipal, permitindo-lhes conhecer a intervenção que está programada.”*

De seguida, o Senhor Arquiteto Reis de Figueiredo fez a apresentação do projeto das obras de regeneração urbana em Powerpoint.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

### *Ponto 1.3 – Intervenções na generalidade*

O **Senhor Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções na generalidade, tendo-se inscrito:

**Odete Alves**, que usou da palavra para dizer o seguinte:

*“Como é do conhecimento de todos, o Concelho de Pombal foi fustigado, no mês de janeiro, por um forte temporal que provocou extensos danos a vários níveis e, com certeza, conhecemos alguém que foi afetado duramente por tais intempéries.*

*No que diz respeito a esta questão, esta bancada não podia deixar passar esta oportunidade, para deixar aqui uma nota de apreço e também de agradecimento pelo excelente trabalho também desenvolvido pelos Senhores Presidentes de Junta, que puseram mão à obra e que conseguiram e tudo fizeram para resolver os vários problemas decorrentes do temporal, ajudando assim a minimizar os seus efeitos, junto das populações afetadas.*

*Gostaríamos também de prestar uma homenagem ao excepcional trabalho desenvolvido pelos bombeiros que foram, de facto, incasáveis e que responderam prontamente às várias solicitações que lhes foram sendo colocadas, ultrapassando até, muitas vezes, as suas obrigações e até quase as suas forças, em defesa das pessoas e dos bens.*

*Finalmente reafirmar também que os pombalenses, nestes momentos, sem dúvida que mostram a sua fibra e mostraram claramente que são capazes de vencer estas adversidades, que a união faz a força e que vale a pena estarmos unidos, não só nestas questões mas em todas as outras.*

*Porém, e não obstante estes aspetos positivos, que apesar de tudo ressaltaram desta intempérie que nos abateu, há também aqui alguns aspectos negativos que gostaríamos de deixar aqui nota.*

*Como o Senhor Presidente da Câmara bem evidenciou, nos vários órgãos de comunicação social, estes aspectos prendem-se com atuação das empresas de gestão das infra-estruturas críticas, estamos a falar da EDP e da PT e também das operadoras das telecomunicações moveis. Lamentavelmente verificou-se que estas entidades demonstraram não estar minimamente preparadas para responder aquilo que lhes era exigido, demonstraram não ter qualquer plano de contingência para lidar com situações de emergência desta dimensão, o que me leva até questionar a sua capacidade de lidar com situações ainda mais graves do que estas que nos abateram.*

*Foi também notória a falta de estratégia nacional para gerir este tipo de situações de calamidade, para coordenar e articular os vários meios de apoio e socorro existentes, o que também nos deixa extremamente preocupados e que nos faz refletir sobre isto.*

*Também nos preocupa o facto de muitas pessoas e empresas, terem prejuízos avultados.*

*Assim, aproveitamos para questionar se de facto a Câmara fez um levantamento junto das pessoas e das empresas para apurar os prejuízos causados por este temporal e os seus valores.*

*Gostaríamos também de saber qual é o envolvimento da Câmara, no sentido de garantir apoios para os agricultores que foram fortemente afetados e se a Câmara está envolvida em algum projeto que vise tirar as árvores e a biomassa florestal que daí resultou.*

*Se desenvolveu alguma diligência junto do governo, no sentido de obter apoios para reparação de habitações e instalações de empresas de sofreram danos.*

*Se a Câmara já exerceu alguma pressão junto do governo, no sentido de impor às empresas gestoras de infra-estruturas críticas, que tenham um plano de contingência para situações de emergência nacional e qual a participação da Proteção Civil Municipal, no âmbito do alerta sobre o temporal, em resposta às situações de emergência resultantes do temporal e à reposição das infra-estruturas.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Aproveitando também este tema, creio que é do conhecimento de todos que foi recentemente publicada uma investigação elaborada pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, que faz um estudo sobre os Municípios portugueses e o bem estar e qualidade de vida dos municípios portugueses.*

*Os dados que foram utilizados referem-se ao ano 2010, e este estudo estabeleceu um ranking segundo o nível de desenvolvimento económico-social dos 308 municípios existentes do nosso país. Este estudo coloca Pombal na posição 165.*

*Este ranking comparou vários factores ou variáveis, designadamente condições materiais, infra-estruturas básicas, números de extensões de centros de saúde, números de centros de saúde, equipamentos culturais, jardins, e teve em conta também as condições sociais, o nível de investimento do município em relação a resíduos, proteção do ambiente, taxa de natalidade, factores económicos como o dinamismo económico, a densidade e o volume de negócios, o nível de vida das famílias e o poder de compra, foram tudo factores a ter em conta e factores esses de estabeleceram este lugar para o Município de Pombal.*

*Assim, verifica-se que em termos de qualidade de vida e bem-estar, o município de Pombal fica atrás de municípios como Pedrógão Grande, Figueira da Foz, Nazaré, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Caldas da Rainha, Peniche, Batalha, Figueiró do Vinhos, Sertã, Castanheira de Pêra e Alcobaça.*

*Considerando aquilo que o Senhor Presidente nos diz tantas vezes, que Pombal é, de facto, um concelho de charneira, porque está muito bem colocado geograficamente, a pergunta que se faz é se a Câmara tem conhecimento deste estudo e qual é o comentário que faz a esta posição?"*

**Jorge Cordeiro**, que fez a seguinte intervenção:

*"A minha intervenção tem a ver com as parcerias para a regeneração urbana. Saúdo, também nessa medida, o Senhor Arquitecto, e dou os parabéns ao executivo e à mesa da assembleia por terem permitido auscultá-lo em detalhe, dos quais eu, pessoalmente, não sou conhecedor, pelo que considero ter sido extremamente útil ouvir os detalhes técnicos e perfeitamente analisados de quem está com a obra.*

*E portanto estas parcerias para a regeneração urbana, que englobam, para além do Município outras entidades do nosso concelho e da cidade, surgem porque são financiadas através de uma candidatura ao programa Mais Centro, no âmbito do QREN, e é uma obra que vai de encontro a determinações europeias e nacionais, relativamente á reconstrução, à requalificação dos seus centros urbanos, que permitirão e terão como objectivo essencial mais qualidade de vida, a criação de um maior sentido de comunidade, e é isso que esperamos.*

*Esta candidatura acontece porque a saúde financeira da Câmara Municipal permite disponibilizar a verba que lhe cabe no âmbito destes programas, enquanto, como sabemos, outras Câmaras não o podiam fazer. E portanto estas verbas que estão disponíveis existem exatamente para isto, não poderiam ser utilizadas de outra forma ou utilizadas noutra tipo de programas, é exatamente com este objectivo que elas existem.*

*Esta candidatura não surge só porque existe dinheiro de ambos dos lados, mas porque também se identificaram necessidades de intervenção quer na parte visível, quer das infra-estruturas, onde creio que não havia grande cadastro das infra-estruturas da rede eléctrica, das telecomunicações, da rede de saneamento e águas pluviais, e portanto neste momento com estas obras existe esse cadastro que acautela o futuro de eventuais intervenções futuras. E portanto isto significa benefícios para a população, para o comércio e para os serviços.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*É importante que se diga que todas as pessoas directamente interessadas e ligadas foram ouvidas, porque este tipo de obras causa sempre algum incómodo, acautelando o respeito por hábitos e necessidades dos pombalenses e dos forasteiros, e nomeadamente a manutenção e existência de um espaço para os engraxadores, que é um profissão em vias de extinção mas que todos vemos com grande carinho, bem como da previsão da incorporação de instalações sanitárias que são um espaço fundamental, desde que perfeitamente enquadrado.*

*Outro aspecto importante é o facto do imobiliário urbano previsto para o local ser made in Portugal. Ora isto acautela uma questão que é a qualidade, mas sobretudo uma dinamização da economia nacional e recorde que esta Câmara paga atempadamente.*

*Portanto, o Largo do Cardal é um cartão de visita da nossa cidade, e nesse aspecto a Câmara deu mais uma prova, com esta decisão e candidatura, do respeito pelas nossas peças arquitectónicas que não queremos de modo algum perder e algumas delas têm assinaturas importantes do século XX.*

*Estas obras surgem porque quem é rigoroso em momentos de abundância, reúne depois condições e reúne margem para em época de crise investir e assim contribuir para a dinamização da economia e sobretudo para a dinamização da qualidade de vida dos nossos cidadãos.*

*Foi o rigor do passado que nos permitiu hoje investir e estar neste momento com estas obras que naturalmente tiveram o parecer favorável de todas as entidades que por lei têm que o emitir.*

*Por outro lado, sempre que se faz alguma coisa, é evidente que se está sujeito a críticas, mas recorde que esta casa sempre esteve aberta a todos os cidadãos em qualquer instante, e portanto quem quiser obter alguns esclarecimento acerca destas obras, certamente esta Câmara terá todo o prazer em esclarecer e ouvir todas as opiniões que são sempre bem vindas.”*

**Tiago Galvão**, que disse o seguinte:

*“O PS de Pombal realizou no passado dia 7 de fevereiro, mais um fórum de discussão política e cívica aberta a todos os cidadãos com o tema “Pombal, como cresces na crise” integrado no ciclo fóruns de Pombal e o futuro. Desse debate resultaram diversas opiniões bastante construtivas, mas ao que parece, a opinião de dois empresários do nosso concelho, sem vínculo partidário, que criam riqueza e postos de trabalho causou alguma perturbação na JSD.*

*Estes distintos investidores são da opinião de que é importante para Pombal a ligação para as instituições do ensino superior, reconhecendo que o concelho teria outro dinamismo caso aqui se tivesse fixado uma ou mais instituições do Ensino Superior.*

*Defenderam que uma estratégia de dinamização económica do concelho, dever-se-ia considerar na ligação entre as empresas e as universidades e politécnicos, chama-se a isto estratégia económico-tecnológica, estratégia essa que não existe no executivo camarário.*

*A juventude socialista e o PS de Pombal, não se revêem na resignação nem no conformismo, nós queremos sempre mais e melhor para o nosso Concelho. Senão vejamos, para onde estão a ir os jovens recém licenciados do nosso concelho? Para onde estão a ir os jovens formados no ensino profissional e nos cursos médios? Os últimos estudos mostram que Pombal perdeu milhares de pessoas na última década, situação que se agravou com a saída da população nos últimos dois anos.*

*Concluimos assim, que a falta de estratégia e de empenho da autarquia, contribuiu para a migração e para a emigração de milhares de pessoas à procura de emprego e da qualidade de vida que Pombal não consegue proporcionar.*

*Lamentamos que o Município tenha desperdiçado oportunidades para atrair para o nosso concelho uma instituição de Ensino Superior que, claramente, teria potenciado o nosso*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*desenvolvimento como são exemplos bem claros de Leiria, Caldas da Rainha, Santarém, Peniche, Rio Maior.*

*Lamentamos também que Pombal não soubesse implementar centros científicos e tecnológicos, que trouxessem investigação e desenvolvimento para o nosso território.*

*Deveriam ser estas as preocupações da JSD, uma juventude partidária que se diz com “força no concelho”, mas que não consegue implementar ideias e promessas eleitorais, mesmo estando o PSD no poder, três anos depois continuamos à espera do cartão municipal da juventude, do gabinete de apoio à juventude, da casa da juventude, dos programas de bolsas de emprego para jovens licenciados, do incentivo ao empreendedorismo e fixação de jovens empresários, do programa cultura arte jovem, do apoio à habitação jovem, da rota Pombus night, do parque verde, tudo promessas e propostas da JSD e deste executivo para a presente mandato.*

*A JS, o PS e esta bancada, deixam então um conselho ao executivo e à JSD. Preocupem-se em cumprir com o que prometeram aos pombalenses e não percam tempo em conformismos e em desculpabilizações por não apresentarem resultados positivos à população.”*

**Fernanda Guardado**, que fez a intervenção abaixo:

*“A intervenção que vou fazer, tem a ver com as obras que neste momento estão a decorrer. As obras a que me refiro em concreto são as que decorrem no centro da cidade, mais concretamente no Largo do Cardal.*

*Começo por dizer que estas obras pecam por tardias, já há muito tempo que devíamos e merecíamos ter um centro moderno, espaço de encontro, de convívio, de lazer e não apenas de passagem. Qualquer cidade nos dias de hoje, tem pelo menos um centro com as características apresentadas na maqueta que tive oportunidade de ver e que vai ser implementada na nossa cidade, em concreto aqui, no Largo do Cardal.*

*Meus senhores e minhas senhoras, modernizar implica fazer cortes com o passado, implica mudanças com as quais é impossível estarmos todos de acordo.*

*É preciso, isso sim, valorizar e respeitar as mudanças e, no nosso caso, de forma tranquila e sempre que entendermos, solicitarmos as explicações dadas pelos responsáveis por essas mudanças. Sei que essas explicações têm vindo a ser feitas com grande disponibilidade e rigor e mesmo hoje quero dar os parabéns ao executivo por terem convidado o Senhor Arquiteto que fez aqui uma excelente exposição do trabalho que está a ser desenvolvido e que vai ser concretizado dentro do prazo previsto.*

*Agora peço a esta Assembleia que reflita comigo nos seguintes pontos:*

*- O que seria a nossa cidade, hoje, em pleno século XXI, se o mercado de legumes e da fruta se realizasse na Praça Marquês de Pombal? Se para comprarmos o peixe nos tivéssemos que deslocar ao Largo do Arnado? Se apanhássemos o autocarro em frente ao Nicola? Se para atravessar a cidade tivéssemos que fazer fila e esperar o comboio passar? Certamente alguns não se lembram disso.*

*Estes são apenas alguns exemplos de mudança que contribuiriam para o bem-estar de todos os que gostam desta cidade.*

*Não nasci nesta cidade mas numa aldeia do concelho, no entanto desde pequena por aqui me passeio e tenho estado atenta às modificações que por aqui se vão operando. Gosto muito da nossa cidade de Pombal e acho que ela está a ficar cada vez mais bonita.*

*O mundo é feito de mudanças. A mudança é uma forma de dinamizar os espaços em que toda a sociedade se movimenta. Não sou daquelas que acredita que a mudança traz coisas negativas, pois quando mudamos alguma coisa é sempre para melhor. Temos que ter a mentalidade*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*suficientemente aberta para ligar a mudança ao progresso da sociedade. As sociedades que não mudam e não evoluem, não proporcionam o bem-estar daqueles que dela fazem parte integrante. Mas voltando à obra do Largo do Cardal, nos próximos meses, com certeza, vão causar alguns transtornos ao comércio local e àqueles que diariamente precisam atravessar a cidade quer em passeio quer quem se desloque para o trabalho. Mas isso é uma inevitabilidade das obras, no final vão ver que valeu a pena. Para termos uma cidade com um centro moderno ao nível dos grandes centros urbanos da atualidade, temos que fazer alguns sacrifícios.*

*Quero aqui louvar o trabalho que tem vindo a ser feito pelo executivo camarário, no sentido de explicar o que vai acontecendo em cada uma das fases da obra. Explicar os condicionalismos da mesma e chegar ao ponto de colocar informações nas caixas do correio das pessoas afetadas por essas mesmas obras, isto revela preocupação pelos munícipes. Por outro lado, também é de louvar a compreensão para com os trabalhos que estão a decorrer.*

*Gostaríamos ainda que fossem reunidos todos os esforços para que estas obras estivessem concluídas antes do verão, para que também os nosso emigrantes nas suas férias usufruíssem destas obras e pudessem fazer uma avaliação das mesmas, pois eles apesar de trabalharem no estrangeiro também são da terra e têm direito de opinião.*

*Peço ainda, que nos momentos em que não seja possível circular pelo interior da cidade, em virtude das obras, seja solicitado apoio à PSP para facilitar o trânsito e respetiva entrada no IC2. Termina com um apelo. Vamos todos acompanhar estas obras de forma serena, tranquila, confiar nos técnicos que as executam. No que às obras diz respeito, é impossível agradar a todos, mas temos que nos habituar a respeitar mesmo aqueles que têm gostos diferentes dos nossos. Viver em sociedade é aceitar e conviver, mesmo com quem pensa e sente as coisas de forma diferente de nós. Podemos, se entendermos, visualizar a obra observando a maquete que se encontra exposta na nossa Câmara Municipal, e desta forma talvez seja mais fácil imaginarmos a nossa cidade já com o centro todo ele renovado, moderno e acolhedor.”*

**Pedro Santos**, que usou da palavra como se segue:

*“No ano de 2014, comemorar-se-ão os 500 anos da doação do foral à Vila do Louriçal, a 22 de Agosto de 1514, dado ao senhor D. Simão de Meneses.*

*Neste sentido a Junta de Freguesia do Louriçal está a efetuar alguns contactos no sentido de criar uma comissão organizadora, que irá desenvolver um programa de atividades e uma comissão científica, composta por alguns historiadores, que irá avaliar propostas de âmbito cultural e científico, nomeadamente publicações a editar, no âmbito destas comemorações.*

*Sendo esta a efeméride mais importante das últimas décadas a ser levada a cabo nesta freguesia, desde 2007 que tem sido feito um enorme esforço, por parte dos executivos da Junta e das instituições da freguesia, no sentido de preservar e reabilitar o património riquíssimo existente.*

*Para além do restauro diário do Convento do Louriçal, onde algumas dessas áreas estarão abertas ao público a curto prazo. Em 2007 foi reabilitada a Igreja do Recolhimento do Louriçal, através de fundos do programa LEADER+; em 2011 foi restaurada a Capela da Misericórdia do Louriçal, através de apoios do Subprograma 2; e, mais recentemente, está a ser levado a cabo o restauro e reabilitação do Aqueduto do Louriçal, com apoio do PRODER.*

*Também em 2009 se deu início ao processo de classificação da Igreja Matriz do Louriçal, que já foi publicada em Diário da República, em 2012, e que brevemente será classificado de Imóvel de Interesse Público.*

*Apesar destas candidaturas terem o apoio da Câmara Municipal de Pombal, através do pagamento da percentagem do valor não suportado pela candidatura, há algo que, inexplicavelmente, e que*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*desde o início das comemorações dos 300 anos da Fundação do Convento do Louriçal, em 2009, tem sido alertado, contínua por realizar, refiro-me à conclusão das obras de Reabilitação do Centro Histórico do Louriçal que, sem razão alguma, pararam em 2005.*

*Apesar do projeto não ser do agrado de todos, o que se está a pedir, desde essa altura, é apenas a reabilitação das principais ruas de acesso ao centro da Vila do Louriçal, a Rua Madre Maria do Lado e a Avenida Ernesto Domingues Tavares.*

*Esperemos que no início do ano de 2014, a Vila do Louriçal possa ter uma entrada condigna com a excelência e património que se pode encontrar no seu interior.*

*Aproveito também para pedir apoio a este executivo e Assembleia no sentido de interceder junto da E.P. - Estradas de Portugal e do I.N.I.R. – Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias, no sentido de ser colocada na A17 sinalização turística relativa ao Monumento Nacional Convento do Louriçal, bem como placas de indicação de “Louriçal” antes dos nós de acesso ao denominado “Nó do Louriçal” da referida infra-estrutura. É que apesar de diversos ofícios enviados, de reuniões em Lisboa com o Secretário de Estado da Administração Local e na Delegação Regional de Leiria das Estradas de Portugal, com a presença dos elementos da Assembleia de Freguesia (PS e PSD), até hoje nada foi feito.*

*Será que o Louriçal irá comemorar os seus 500 anos sem uma entrada condigna e sem uma sinalização rodoviária clara na principal auto-estrada de acesso a esta freguesia?*

*Neste sentido, venho por este meio colocar as seguintes questões:*

- a) Porque pararam as obras de revitalização do Centro Histórico do Louriçal em 2005?*
- b) Para quando a conclusão das obras de revitalização do Centro Histórico do Louriçal?”*

**Catarina Silva**, cuja intervenção se segue:

*“Eu só queria dar aqui algumas achegas àquilo que a Dra. Odete Alves disse relativamente à intempérie que nos abalou no dia 19 de janeiro de 2013. Concordo plenamente com aquilo que foi dito e com as questões colocadas ao executivo, mas queria dar aqui mais duas achegas e, desde já, dar os parabéns ao comportamento do Município que foi de louvar, assim como às Juntas de Freguesias, aos Bombeiros e à Proteção Civil.*

*A intempérie veio confirmar aquilo que todos nós já sabíamos, pelo menos a junta do Louriçal e muitas outras mais deslocadas do centro urbano de Pombal, não podemos contar com o nosso principal fornecedor, daquilo que é um bem essencial nos dias de hoje que é a electricidade, tudo funciona a electricidade. É sabido que toda a rede eléctrica estava velha e não foi feito rigorosamente nada. A EDP não tem tido o cuidado na atualização de equipamentos e depois a natureza dá uma ajuda e já que não substituíram a bem, substituíram a mal.*

*Além da vergonha que é o serviço da EDP ao concelho de Pombal, junta-se também a vergonha de alguns cidadãos, insensíveis aquilo que é o sofrimento de cada um, decidindo apoderar-se de algum cobre acabado de ser substituído.*

*Todo o município foi incansável e um destaque em particular à pagina do facebook da Câmara Municipal de Pombal onde iam atualizando, até mesmo ao fim de semana, o ponto de situação referente a falhas de energia, água, telefone, enfim, foi uma excelente ajuda.*

*Depois, para terminar, e porque trago aqui outro motivo para dar os parabéns à Câmara Municipal de Pombal, embora seja no âmbito daquilo que é a atividade profissional e é um bocado fora do concelho, acho que deve ser do conhecimento publico um comentário feito há semanas atrás, de um cliente que tenho em Coimbra que gostava muito de trabalhar com a Câmara Municipal de Pombal, porque são muito cumpridores e rigorosos. É muito bom andar fora de*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*portas e ouvir falar tão bem do sitio onde vivemos, onde nascemos e, espero eu, onde morreremos, daqui a muitos anos.”*

**Edite Santos**, que referiu o seguinte:

*“A intervenção dos municípios no âmbito da Ação Social torna-se cada vez mais indispensável, dado o momento difícil que o país atravessa.*

*Assim, o Partido Socialista de Pombal, aqui representado nesta Assembleia, vem manifestar a sua preocupação por não se conhecer até agora qualquer movimento no sentido de atenuação de situações de pobreza e miséria que já se sentem no nosso concelho. Basta falar com os comerciantes onde alguns munícipes pedem fiado, com os professores das escolas que veem, no dia a dia, o lanche reduzido dos seus alunos ou a ausência dos mesmos, pessoas que não compram medicação porque não têm como pagar.*

*Pois bem, cabe ao executivo estabelecer prioridades de atuação na sua agenda, para acudir a situações de maior vulnerabilidade na nossa população. Aliás, esta Câmara tem como bandeira a questão financeira, que é saudável, e tem como obrigação tomar medidas que tenham em atenção as problemáticas do concelho. Conhecem-se Câmaras, do nosso país, que efetivamente têm problemas a nível financeiro e que já tomaram medidas e têm como prioridade agir com projetos e programas para combater a pobreza dos seus concelhos, portanto e desde já pergunto:*

*Quais foram as medidas até agora que o executivo tomou para acudir a estas situação de venerabilidade que existe no nosso concelho.*

*Com o país a afundar-se cada vez mais, produto de um governo desgovernado que não se preocupa com as famílias numerosas, com os idosos, com os deficientes, com as crianças, ou seja, que não se preocupa em desenvolver políticas de proteção aos grupos mais fragilizados, deixando cumprir com a sua função básica, é preciso ter uma maior responsabilização da sociedade civil, e o executivo tem aqui um papel importantíssimo e tem de agir cativando as instituições, as empresas, os comerciantes e os cidadãos em geral em unirem-se em prol desta causa.*

*Ficamos a aguardar alguma iniciativa neste sentido, dizendo que a Bancada do Partido Socialista está disposta a colaborar nalguma iniciativa e no que for necessário, pois numa conjuntura como esta e ao ter noção de que existem pessoas em situação de miséria no nosso concelho, a nossa bandeira é só uma, é a bandeira da solidariedade.”*

**Pedro Murinho**, que fez a intervenção seguinte:

*“Eu quero também fazer aqui uns pequenos comentários sobre aquilo que nos aconteceu em Pombal, há poucas semanas atrás, porque na memória dos Pombalenses começam a ficar demasiadas gravadas. Primeiro foram os incêndios, em agosto de 2005, depois vieram as cheias, em outubro de 2006, e agora, em janeiro de 2013, com este vendaval que nos assolou, o que eu nunca esperava ver.*

*Concordo a 100% com as palavras da colega Odete Alves e da colega Catarina, louvo apenas o trabalho que esta Câmara, os Senhores Presidente de Junta, a Proteção Civil e os Bombeiros levaram a cabo para restabelecer a normalidade do nosso concelho.*

*Sobre a EDP já foi tudo dito, mas não quero deixar de dizer aquilo que me foi na alma por ver a minha aldeia tanto tempo sem energia eléctrica, Foi de espantar a negligencia da EDP quando ligou a energia, sem se aperceber que havia cabos cortados por todo o lado, o que fez com que se queimassem os eletrodomésticos.*

*E é neste sentido que me quero dirigir ao executivo municipal para alertar que ainda existem vários lugares do nosso concelho sem iluminação pública a funcionar, provocando desconforto e insegurança na população. Quero também alertar o município que há muitos Pombalenses que têm*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*largos prejuízos provocados pela negligência da EDP e, portanto, queria pedir ao executivo para interceder junto da EDP, para que a situação da falta da iluminação pública seja reposta com a máxima urgência possível, e depois, que interceda alertando a EDP que há populações que não tiveram culpa da sua negligência e que é necessário compensar as pessoas com os prejuízos que tiveram.*

*As informações que tenho é que à partida a EDP vai-se responsabilizar, mas não é 100% seguro e eu peço ao executivo para que interceda junto da EDP para que não se esqueça que é de sua responsabilidade pagar esses prejuízos.*

*No seguimento das palavras do colega Tiago Galvão, não posso deixar de pegar nas que teve em relação ao ensino superior. Com todo o respeito que tenho pelos que assim pensam, confesso que tenho alguma dificuldade em entender como é que ainda há alguém que defende o ensino superior para Pombal, isto porque como todos sabem que a taxa de natalidade é das mais baixas das últimas décadas, várias são as universidades que têm cursos que fecharam e outros que vão ter que fechar porque não há alunos, e, nos próximos anos, para além desta situação várias escolas do ensino superior irão encerrar, portanto custa-me a crer que ainda haja pessoas que entendam que em Pombal deva haver ensino superior, para quê pergunto eu, para fechar as portas no ano seguinte? Posto isto, quero pedir ao executivo que a nossa prioridade seja reforçar aquilo que é a nossa ETAP no nosso concelho, cursos profissionais, isso sim, é aí que devemos apostar todas as nossas moedas.”*

**Joaquim Branco**, pediu a palavra para dizer o seguinte:

*“Falou-se aqui na calamidade climática e eu gostava de a relacionar, não sendo idealista mas realista e representante da ideologia social-democrata e do pensamento de Bernstein e sempre coerente, que nunca fiz parte de outras cores e não estou no Partido Social Democrata para ter lugares e protagonismo nem nunca me podem apelidar de ter chamado fascista a Sá Carneiro ou a algum grande ideólogo que seguiu os escritos de Bernstein.*

*Com a calamidade atmosférica a freguesia revelou que é um elemento importante na administração do território municipal.*

*No terreno, em concreto, quando a EDP não tinha electricidade, a pessoa ia bater à porta do presidente da Junta, do Secretário da Junta, do membro da Junta, e foi o membro da junta que ajudou na desocupação das avenidas e ruas da freguesia.*

*Eu não sei qual é que vai ser a vantagem futura com a extinção das freguesias, com uma calamidade como esta, qual a eficiência da organização que é no local, no porta a porta, na pessoa que está sozinha, qual vai ser a ajuda e a proximidade do poder local?*

*A extinção das freguesias vai afastar completamente o poder das pessoas. Eu quero apresentar o facto que revela que não é idealismo dizer que a extinção das freguesias vai ser uma calamidade, isto é uma realidade. É necessário criar um fragmento do poder para ajudar as pessoas, é disso que as pessoas precisam.”*

**Manuel António**, usou da palavra como se segue: (1.38.05)

*“Vou tentar ser breve e trazer aqui um tema que é a captação de água pelas águas do Mondego, naquilo que é o concelho de Pombal.*

*Já anteriormente manifestei aqui, neste mesmo espaço, a minha preocupação de que parece que a água está em livre transite, ou seja, é um negócio apetecível para privados e por isso as águas do Mondego.*

*Preocupa-nos que o investimento que o Concelho de Pombal está a fazer no abastecimento público de água, que anda perto dos vinte milhões de euros, esteja em risco porque o aquífero da Mata do*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Urso para o qual nós, nesta Assembleia, em 2008, fizemos aprovar medidas preventivas, não estão a ser respeitadas.*

*Por isso, a minha intervenção é no sentido de apelar a esta Assembleia Municipal que dê força ao executivo camarário para que, junto das entidades competentes, exija que a lei se cumpra e que se respeite a administração do território.*

*As freguesias da Ilha e do Carriço partilham a zona que foi na altura protegida pelas medidas preventivas, desde 15 de outubro de 2008, e a verdade é que a 29 de janeiro deste ano, vêm no Diário da Republica três furos das Águas do Mondego com as suas áreas de proteção garantidas, sem que o município tenha dado qualquer parecer sobre o assunto.*

*Meus senhores, está a ser feita uma obra de grande porte, atravessa o Carriço a Guia, a Mata Mourisca, e é com muita preocupação que vejo que uma obra dessas possa um dia destes não ter água para lá colocar dentro, porque a gestão da água não está a garantir este bem publico.*

*Em boa hora a Câmara Municipal de Pombal se defendeu da “não entrega a privados da água”, coisa de já não acontece à volta do concelho de Pombal.*

*E eu venho pedir então que nos informem qual o ponto de situação, porque é com muita preocupação que as pessoas que ali residem veem esta situação. Qual é o futuro quando os níveis freáticos têm baixado mas, acima de tudo, este risco concreto e eminente de partilharmos a água e depois não termos água para abastecer o concelho de Pombal porque as medidas preventivas e os interesses do Concelho de Pombal não estão a ser assegurados por entidades como ARH.*

*Agradecia que informasse esta Assembleia. Penso que todos os deputados partilharam comigo esta preocupação e certamente que a Assembleia será solidária com uma posição de força que o município venha a tomar junto destas entidades.”*

**Rodrigues Marques**, que fez uso da palavra para dizer o seguinte:

*“Senhor presidente, eu fiquei muito contente por o PSD ter indicado Diogo Mateus como cabeça de lista à Câmara Municipal de Pombal nas próximas eleições autárquicas.*

*Permita-me, Senhor Presidente, fazer um pedido a todos. Diogo Mateus é um homem que nós conhecemos, que conhece por dentro toda a máquina, que conhece os meandros por onde se há-de guiar fora do concelho e então, o meu pedido, era que quando as senhoras, de manhã, estão a maquilhar-se e os senhores quando estão em frente ao espelho, a fazer a barba, que quantificassem quantas pessoas é que nesse dia têm que contactar para irem votar em Diogo Mateus e na sua equipa.”*

Neste momento, o membro **Vítor Gomes** protestou contra a intervenção do membro Rodrigues Marques.

O Senhor Presidente da Assembleia, mandou **Rodrigues Marques** prosseguir com a intervenção, o que fez como se segue:

*“Também fiquei contente pela indicação do Engenheiro Narciso Mota para a Assembleia Municipal. Agora queria pedir um grande favor, mas muito grande favor ao Partido Socialista, é que apresentassem um candidato, porque eu tive a experiência de ir uma vez, sozinho, a eleições, não apareceu mais nenhuma lista e é desagradável uma pessoa ir a eleições sozinho, portanto pedia ao Partido Socialista que por favor arranjassem um candidato e uma lista.”*

Neste momento, o **Senhor Presidente da Assembleia** usou da palavra para fazer uma chamada de atenção ao Senhor Vítor Gomes pelo seu protesto, dizendo o seguinte:

*“Eu tenho uma palavra a dizer, Senhor Vítor Gomes. Tento conduzir os trabalhos com o maior rigor possível. Temos um documento, seguimos o documento e por isso é que o Partido Socialista gastou 18,5 minutos.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Falando agora concretamente desta questão, com toda a imparcialidade lhe digo, no desempenho deste cargo, diz o Regimento desta Assembleia que o que está em causa são os problemas locais. É de problemas da nossa vida que tenham solução política que nós estamos a falar.*

*O Engenheiro Rodrigues Marques, permita-me que lhe diga, não esteve a fazer uma campanha eleitoral, não esteve a aliciar ninguém a votar.*

*O repto está lançado neste princípio, se o Partido Socialista seguir exatamente os mesmos caminhos admito que o senhor faça esses reparos, se lhe disser que não, aí sim. O repto está lançado, espero que o Partido Socialista aceite o desafio e faça o mesmo.*

*A Mesa não considera campanha eleitoral.”*

**Odete Alves**, pediu a palavra para dizer o seguinte:

*“Senhor Presidente, eu gostava de pedir um ponto de ordem à Mesa e que me dissesse onde é que, no Regimento, está prevista a possibilidade de fazer este tipo de intervenções que foram feitas aqui.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, respondeu o seguinte:

*“A resposta à Dra. Odete é que não está prevista.”*

Nesta altura gerou-se alguma confusão que torna imperceptível a gravação, dada a sobreposição de vozes.

**O Senhor Presidente da Assembleia**, dirigindo ao membro Vitor Gomes, continuou como se segue:

*“Eu não lhe disse para usar da palavra neste momento, a Dra. Odete Alves, líder de bancada, muito respeitosamente fez um ponto de ordem à Mesa, e o Senhor, a única coisa que tem que fazer é, silenciosamente, ouvir-me a responder à Dra. Odete Alves.*

*Dra. Odete, as minhas palavras estão ditas, não está previsto no regulamento fazer tal, atendendo à veemência do momento que estamos a passar, desafio o Partido Socialista, na próxima Assembleia Municipal a fazer o mesmo, aí eu não terei coerência se o mandar calar.”*

**Odete Alves**, pediu a palavra para dizer o seguinte:

*“Senhor Presidente, desculpe mas tenho que fazer novo ponto de ordem à Mesa, porque também não consigo perceber no regimento onde é que está prevista essa possibilidade.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o último ponto refere que na administração dos trabalhos, as questões omissas poderão ser decididas pela Mesa.

**Odete Alves**, referiu que as decisões têm que ser tomadas mas com base no Regimento e na legalidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que respondeu às questões colocadas pelos membros da Assembleia, como a seguir se transcreve:

*“Antes de iniciar queria agradecer ao Senhor Arquiteto Reis de Figueiredo a sua disponibilidade por esta oportunidade que nos trouxe de, nesta Assembleia, apresentar o projeto que está em execução. Muito obrigado pela sua disponibilidade e pelo seu trabalho ao longo de todos estes anos.*

*Eu queria também aproveitar, no âmbito de algumas intervenções que aqui foram feitas, para acompanhar a intervenção de saudação da Dra. Odete Alves dizendo-lhe que acrescente a esse conjunto de entidades a Guarda Nacional Republicana, a Policia de Segurança Publica e também os serviços da Câmara Municipal de Pombal que esses sim, deram um ensinamento sob o ponto de vista da capacidade reactiva e operacional, com uma debilidade enorme sob o ponto de vista dos meios que tínhamos à nossa disposição, quando comparados com gigantes das finanças*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*multinacionais, apesar de estarem situadas em Portugal, como a PT e a EDP, relativamente à forma com que resolveram o conjunto de problemas que conhecemos.*

*De sublinhar também o trabalho que os Senhores Presidentes de Junta desenvolveram e que permitiu, de facto, não só uma comunicação sob o ponto de vista da interação com a população que foi muito boa se considerarmos que estávamos sem comunicações e com rapidez se conseguiu perceber em que locais era preciso garantir as acessibilidades fazendo a remoção das árvores que estavam a impedir uma série de caminhos, mas também a rapidez com que se conseguiu pôr, com maior nível de operacionalidade, o abastecimento de água.*

*Isto foi um trabalho que foi desenvolvido em grande parceria com a participação dos Senhores Presidentes de Junta e as palavras do Dr. Joaquim Branco não são mais acertadas quando se diz que era difícil se não mesmo impossível, as coisas terem corrido como correram se, de facto, não tivéssemos as juntas de freguesia e não tivéssemos em concreto as dezassete Juntas de Freguesia do nosso concelho.*

*Portanto, senhores presidentes, a todos sem excepção, apesar de uns terem sido mais vítimas e temos aqui, entre nós, alguns presidentes de junta que pessoalmente foram responsáveis por remover mais de quinhentas árvores ao longo daquele fim-de-semana, que eu e o Senhor Presidente da Câmara fizemos questão de acompanhar pessoalmente, para se perceber as dificuldades que nós tínhamos.*

*Sobre as perguntas que objectivamente foram feitas, a primeira relativamente aos agricultores. Nós tivemos ocasião de visitar vários agricultores mas, logo no domingo dia 20, começou uma campanha de informação que viabilizou, ao longo de três dias, informar quais os meios que estavam à disposição para poder acudir aos prejuízos que tinham sofrido.*

*Quando à remoção das árvores posso dizer, e os Presidentes de Juntas são testemunhas, que foram colocadas enormes dificuldades à remoção de árvores que estão em domínio privado. Há ameaças e há imensa dificuldade em fazer este trabalho e portanto o mecanismo que estamos a pensar desenvolver é, conhecendo os termos em que foi celebrado o acordo entre Associação Nacional de Municípios e a Segurança Social relativamente ao aproveitamento de beneficiários do RSI para o trabalho social das florestas, procurarmos se, deste modo, podemos ter meios suplementares que ajudem aqueles proprietários que têm as suas florestas devastadas, a ter meios alternativas que permitam fazer a remoção da sua lenha e procurar se isto se enquadra nos termos do protocolo, uma vez que temos um reforço de meios que estão à disposição.*

*Quero aqui sublinhar que as equipas de sapadores florestais que estiveram a trabalhar, seja da PMU seja da Associação Produtores Florestais, fizeram-no no cumprimento do serviço público que também estão obrigados e portanto sem regatear esforços.*

*Quanto aos danos nas empresas e habitações, o município recebeu nota de várias situações em que existiam danos causados por património municipal, nomeadamente árvores, e esses serão tratados devidamente e, em função da avaliação que se faça, serão compensadas as pessoas que tenham essa razão.*

*Sublinhar aqui também que o município, relativamente à reposição das infra-estruturas básicas como o abastecimento de água, fez um enorme esforço. O caso que a Dra. Catarina Pascoal referiu é um caso extremo, até pela localização onde vive, mas de um modo geral houve uma rapidez na reposição do abastecimento de água, porque fizemos a aquisição de geradores de maneira a que o mais rapidamente possível houvesse esse restabelecimento. Creio que, de uma forma geral, com alguma compreensão por parte dos cidadãos, as pessoas rapidamente*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*perceberam que a enorme dificuldade que tinham pela frente era o abastecimento de energia eléctrica e não o problema do abastecimento público de água.*

*Quanto ao estudo a que fez referência, alguns dos concelhos que referiu são aqueles que estão no programa de apoio à economia local, porque não têm recursos para pagar aos seus fornecedores e empreiteiros, têm dívidas e não conseguem cumprir. Alguns deles são aqueles que têm a sua capacidade de endividamento esgotada e portanto tiveram uma má gestão dos recursos públicos. Alguns deles passaram os seus recursos, nomeadamente água, saneamento, recolha do lixo, para outras entidades e hoje não têm receitas e também não prestam o serviço devido e cobram mais aos cidadãos que estão a servir. Alguns deles não têm o programa de apoio ao desporto como nós. Alguns deles não têm a rede de apoio de instituições sociais como nós temos e portanto, eu não conheço nem as fontes que foram utilizadas, nem os parâmetros que estiveram na base do estudo, não sei se houve algum trabalho de campo, não sei qual foi a entidade que fez essa recolha dos dados, não sei quais foram os critérios de avaliação e não conheço a amostra que foi feita.*

*É um estudo, deve-se ter isso em consideração mas nós temos pautado a condução do trabalho do município, não só do município mas com repercussão direta naquilo que é a aceção dos recursos públicos na vida dos cidadãos, quando se paga a horas, quando se consegue fornecer em bom tempo e com boa qualidade. Isto também transfere para a economia os milhões de euros que mensalmente são geridos pelo Município e que são devolvidos à actividade económica, esses também fazem parte da saúde do concelho.*

*Como lhe digo não conheço o estudo e portanto não vou discutir se é bom ou é mau, mas falei aqui de alguns concelhos que devem muito, não têm meios para dar a volta ao assunto, têm, nalguns casos, retenção de fundos municipais que vão condicionar fortemente, nos próximos anos, a vida e os investimentos dos seus cidadãos, mas pelos vistos estamos numa situação mais confortável e ainda bem.*

*Senhor Tiago Galvão, eu agradeço o conselho e não vou responder mais do que isso porque mais do que isso não devo fazer.*

*Relativamente ao Pedro Santos, os trabalhos da construção da variante sul do Louriçal vão ter origem na rotunda da estrada nacional 237, é evidente que esses trabalhos não podem ser feitos agora para serem destruídos daqui a meia dúzia de dias, porque como sabem, o trabalho junto da reserva ecológica nacional, a conclusão do projeto está eminente e portanto estamos a ver com rapidez o que podemos fazer e, quando o fizermos, será uma intervenção que irá colar à de requalificação urbana que está junto ao convento, de maneira a que todo aquele espaço possa ficar resolvido, portanto, esta é a razão porque esta obra está a aguardar o devido avanço.*

*A Dra. Edite Olaio fez aqui um conjunto de observações relativamente a questões que são hoje mais visíveis, situações de miséria e eu, agradecendo a disponibilidade apresentada para colaborar, não conheço e creio que ninguém aqui presente tenha conhecimento que tenha sido identificada nesta casa uma situação de miséria que precise de intervenção, seja do município em direto, seja da segurança social, seja com a colaboração de uma IPSS, seja com a colaboração da Caritas, seja com a colaboração das conferências São Vicente Paulo, seja dos vários clubes de serviço que também têm essa missão e que também ajudam.*

*Aquilo que eu peço a todos é que os casos que sejam conhecidos, sejam remetidos dentro do sigilo que os casos merecem, de maneira a que possamos por à disposição os meios que temos, para podermos corresponder.*

*É por isso que ainda ontem fizemos alteração ao nosso regulamento de atribuição de apoios de âmbito social, precisamente para regulamentar os termos em que os cidadãos, nomeadamente nas*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*escolas, possam em qualquer altura solicitar ao município alteração ou atribuição de escalão para as refeições.*

*Essas candidaturas estão sempre em aberto, são apreciadas com grau de prioridade e são imediatamente repostas as condições, em muitos casos com efeitos retroativos à data em que se consegue provar que aquela família deixou de ter o rendimento que lhe permita suportar esses encargos. Portanto nós estamos despertos para isso.*

*Apesar de já não acompanhar as matérias de ação social eu tenho a preocupação de ler as atas e os relatórios que são feitos pela CLAS e não tenho encontrado nenhuma situação. Temos cinquenta instituições com cobertura em todo o território do nosso concelho, temos um conjunto diversificadíssimo de informações, com as escolas, com a Segurança Social, com os serviços da Câmara, para termos um maior nível possível de informação e para podermos acudir seja em questões alimentares, seja nas questões de acesso à escola, seja nas questões habitacionais, seja nas questões de transportes, seja nas questões de vestuário, seja no que for. O serviço está pronto para isso e nos casos que sejam conhecidos, o que agradecemos é que sejam comunicados para poderem ser avaliados, acompanhados e socorridos.*

*Sobre a intervenção do Engenheiro Pedro Murtinho, relativamente às questões da EDP, vamos ter em devida conta esta proposta, de uma interceção mais direta junto à direcção, de forma a que, de facto, exista alguma pressão junto da EDP, e que haja essa reposição rapidamente para o conjunto dos cidadãos que foram prejudicados por força do que aconteceu.*

*Eu queria pedir a todos, porque não creio que seja do conhecimento do município a existência de lugares que não têm iluminação pública e, portanto, antes de saírem se tiverem essa preocupação agradeço que se dirijam a qualquer membro da Câmara para dar conhecimento de tal situação de maneira a que, junto da EDP, com a maior rapidez possível, possa ser dada esta informação.*

*Senhor Presidente da Junta da Guia, relativamente aos problemas das captações das águas do Mondego, o Senhor presidente da Câmara já pediu ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente uma audiência, onde entre outros assuntos, quer tratar deste. E quero confessar-vos também que o assunto tem uma gravidade tal, relativamente à existência de investimentos avultadíssimos do Município de Pombal e investimentos avultadíssimos da própria União Europeia, através doPOVT, em que estão a financiar uma rede de abastecimento que é baseada nesta fonte.*

*Se se perceber que os mecanismos portugueses de controlo da utilização daquele aquífero, não são suficientemente diligentes para refrear os outros interesses que conflituam connosco e que nós não assumimos que sejam compatíveis mas que devem respeitar a fonte única que nós temos no nosso concelho de maneira a que, inequivocamente seja demonstrado ao município de Pombal que os meios, as autorizações que são dadas aos vários operadores industriais ou de abastecimento de águas no concelho de Pombal ou fora dele, que é o caso, que as entidades competentes por garantirem a qualidade e a quantidade do aquífero a longo prazo, nos dêem garantias absolutamente inequívocas de que os investimentos do município não estão dependentes do mau uso que seja dado aquela água autorizada pelas entidades.*

*Se isso acontecer, o Município recorrerá a Bruxelas, porque se está a falar de dinheiro comunitário que deve ser respeitado e, se as autoridades portuguesas não tiverem condições para impor uma regra que proteja o município, é lá que nós temos que nos dirigir para reivindicar a continuidade do investimento, porque grande parte da rede de abastecimento do concelho terá como base aquela captação e não pode ficar em causa por força de uma gestão menos criteriosa dum recurso de todos, que não sendo incompatível deve ser equilibrada para não prejudicar aqueles que não têm outras fontes como é o caso do Município de Pombal.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Portanto, agradecemos o conforto que a Assembleia Municipal possa ter em transmitir também esta comunicação do Senhor Presidente, se for esse o entendimento da Mesa, para que seja junto secretaria de estado do ambiente, seja junto da Agência Portuguesa do Ambiente, seja junto da CCDR, seja junto do INAG, seja junto do próprio ARH, seja reforçada esta circunstancia agravada pelo facto de se estar a falar de uma violação de uma decisão da Assembleia Municipal, que quando aprovou as medidas preventivas tinha limitado as captações do nosso território.*

*Quero-vos dizer que estas intervenções que sejam feitas no Concelho de Pombal, não são feitas por concessionários do Município de Pombal, são feitas por concessionários de outros municípios e o Município de Pombal tem que licenciar essas obras, e a Assembleia de Pombal aprovou uma norma que limita a possibilidade de licenciar essas obras e, portanto, é bom que não nos esforcem a ter que utilizar as regras que foram aprovadas por esta Assembleia que limitam a possibilidade que se licenciarem essas obras, nomeadamente em estações, em passagem de vias publicas, na própria utilização das vias publicas para fazer a educação da água aos concelhos e, portanto, não queiram criar em Pombal ou com Pombal um problema com a água.*

*Há anos que andamos a procurar resolver este problema da forma mais equilibrada, da forma mais consciente e compreensível possível, mas percebemos que nem sempre temos interlocutores que tocam da mesma maneira.*

*Sobre a intervenção do Senhor Eng. Rodrigues Marques, quero agradecer as suas palavras, mas dizer-lhe que as acho absolutamente inapropriadas para uma Assembleia com estas características.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, usou da palavra para dizer o seguinte:

*“Muito obrigado Dr. Diogo Mateus, efectivamente eu pego nas suas ultimas palavras e a frio, falando com a Mesa, tenho obrigação de apresentar o meu pedido de desculpas à bancada do Partido Socialista porque realmente o artigo do Regulamento onde eu pensava estribar-me não deixa duvida nenhuma que não é possível utilizar este fórum para campanha eleitoral.*

*Repúdio a comunicação que foi feita, a Mesa está de acordo comigo, reitero o meu pedido de desculpa à bancada do Partido Socialista e só quero dizer que nenhum candidato, e muito menos aquele aqui citado, precisa deste fórum para se propagandear.*

*Portanto, pela terceira vez, o meu pedido de desculpas. Este assunto fica em ata, façam dela o que quiserem.*

*Peço-vos que me ajudam a dar cumprimento ao regulamento e atitudes como a da Dra. Odete que chamou a atenção para o Regimento, quero ver na boca de outros elementos desta Assembleia, que é mesmo assim que se produz.”*

Neste momento o presidente da Junta de Freguesia da Guia, o Senhor **Manuel António** entregou à Mesa uma proposta que diz o seguinte:

*“Dada a gravidade da exploração de água em profundidade que está a decorrer na freguesia da Guia, proponho que a Assembleia Municipal reitere a sua deliberação em condicionar aquelas explorações, nomeadamente, os constantes das Portaria n.º 34/2013, de 29 de janeiro.”*

**Leovigildo Fernandes**, disse gostar de saber quais as explorações, ao que **Manuel António** respondeu como se segue:

*“Muito concretamente, o Diário da Republica do dia 29 de janeiro 2013, os furos P1/200, P2/200 e P2/100 estão na freguesia da Guia, ficam a nascente e a poente da empresa IMOZA e fica um outro muito no limite perto, da lagoa do Linho, entre o concelho de Pombal e concelho de Leiria.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*E mais um dos furos, que por acaso não aparece aqui nesta limitação de perímetro, que estava previsto também na freguesia da Guia e que acabou por ser feito vinte a trinta metros só para não estar no concelho de Pombal, para que estivesse depois do concelho de Leiria, caso contrário estaríamos a falar de não três mas de quatro.*

*Relembro que o projeto inicial das águas do Mondego, eram nove furos onde eram dois nas matas nacionais e os outros sete em propriedade privada.”*

*Leovigildo Fernandes, propõe o seguinte: 2.13.00*

*“Senhor Presidente eu proponho que nessa proposta seja incluído esta informação que o meu colega Manuel António referiu, porque a exploração é omissa não têm especificação e estamos a referir a três captações das Águas do Mondego e é isso que deve estar cingindo nessa proposta.”*

**Colocada esta proposta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.**

### ***Ponto 2.1 – Leitura e discussão da informação do Presidente da Câmara.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** em exercício, que apresentou a informação tecendo as explicações que entendeu pertinentes, considerando-se à consideração dos membros da Assembleia para qualquer explicação adicional.

Colocada a informação do Presidente da Câmara a discussão inscreveram-se os seguintes membros:

**Pedro Santos**, que usou da palavra para dizer o seguinte:

*“Só uma questão, a página 34 refere aqui trabalhos realizados pela unidade de rede viária, ver anexo. Não vem nenhum anexo.”*

**O Senhor Vice-Presidente** respondeu como se segue:

*“Eu agradeço e ele será remetido. É aquela informação que tradicionalmente é conhecida e que tem o gráfico que indica as características das intervenções, as obras adjudicadas e portanto vamos tomar nota para fazer chegar a todos os Senhores Deputados, muito obrigado.”*

**João Gonçalves**, que fez a seguinte intervenção

*“A minha intervenção prende-se com o facto de todos sabermos que a Câmara de Pombal é suportada pelo PSD, é um partido de direita e normalmente primam, e uma das bandeiras dos Partidos de Direita é a iniciativa privada, e todas as vantagens levam a isso e eu não tenho nada contra, mas parece-me que esta Câmara à semelhança de muitas Câmaras do PSD e do CDS acabam por ser muito socialistas quando chegam ao poder e à sua gestão.*

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** interrompeu a intervenção pedindo que fosse colocada uma questão em concreto.

**João Gonçalves**, continuou como se segue:

*“Relativamente à Regeneração Urbana do centro Histórico, a Câmara de Pombal tem feito obras neste sentido, não vou discutir a estética ou a arquitectura e a dimensão das mesmas, agora, uma coisa em que eu tenho reparado é que todas as reabilitações urbanas que têm sido feitas em Pombal, nos Centro Histórico, há uma coisa que esta Câmara nunca conseguiu fazer, em vinte anos de executivo, que é dar vida a esses espaços.*

*Neste momento, Pombal pode ficar bonito ou não, isso é discutível, custa sempre muito dinheiro, é preciso que as Câmaras desenvolvam a economia, mas uma coisa é certa, falta estratégia para dar vida ao Centro Urbano de Pombal, e o Município está a conhecer, fruto da conjuntura económica, um novo surto de emigração.”*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

Nesta altura o **Senhor Presidente da Assembleia** interrompeu de novo a intervenção voltando a dizer que deve ser colocada uma questão concreta, sob pena de ter que lhe tirar a palavra.

**João Gonçalves**, prosseguiu dizendo:

*“As duas perguntas concretas que eu quero fazer ao Sr. Presidente da Câmara em exercício, são: Qual é a estratégia da Câmara para a revitalização e para dar vida aos Centros Históricos de Pombal e qual é a estratégia da Câmara para conseguir arranjar condições para que empresas públicas ou privadas se venham a fixar em Pombal, de maneira a que criemos emprego, não haja tanta emigração e que haja futuro para a população em para os jovens.”*

**Fernando Matias**, que disse o seguinte:

*“A minha pergunta está relacionada com as comunicações. É do conhecimento que a ETAR da Almagreira-Pelariga está a arrancar em força, temos a parte norte da freguesia com uma grande percentagem do saneamento feito e irá entrar em funcionamento com a construção desta importante obra.*

*Agora, digamos, a curto e médio prazo é a parte sul que irá ser servida com emissário que vem de Carnide para a ETAR do Louriçal. Quando é que Assanha da Paz, Reguengo, Penedos, se já há projetos, começam a poder beneficiar do saneamento?*

*Em relação á rede viária, sei que é preocupação da Câmara em requalificar determinados troços da rede viária da freguesia da Almagreira, nomeadamente, um troço importante que liga o Concelho vizinho de Soure a Pombal, que passa pela estrada que vem dos Netos, uma grande parte está na freguesia da Pelariga, pensar a curto prazo na sua repavimentação porque já é um piso que está um bocado mal tratado e gasto.*

*Também queria que pensassem na estrada que vai de Almagreira até ao Paço. O saneamento já foi feito e está, de facto, em muito mau estado. E nesta matéria da rede viária gostaria de salientar o importante trabalho que tem sido feito, na estrada que foi feita entre Almagreira e Reis de Baixo - Pelariga, onde foram feitos passeios e foi feito um trabalho de qualidade. É uma boa alternativa de acesso, muito obrigado.”*

**Vítor Gomes**, que fez a intervenção abaixo:

*“Só queria realçar aqui duas ou três coisas. Uma delas é em relação à regeneração urbana que está em curso em Pombal. O Partido Socialista não questiona esta regeneração urbana na cidade, questiona sim o timing. Dadas as circunstâncias da crise económica em que vivemos não sei se seria o timing perfeito para estas obras, quando há tantas obras mais necessárias neste concelho para fazer.*

*Em relação ainda a estes investimentos, é preciso criar algum dinamismo, é preciso trazer para ali atividades lúdicas, é necessário não deixar morrer aquela zona que está praticamente morta, é inqualificável o dinheiro que se tem gasto, os investimentos que ali se têm feito e sem resultados nenhuns. É bom que haja algum incentivo do executivo para se criarem atividades que levem para ali pessoas e se criem espaços lúdicos.*

*Queria ainda questionar a Câmara sobre um assunto que me incomoda particularmente.*

*Das obras que estão em curso gostava de saber qual é que foi a participação dos cidadãos, qual foi o contributo que deram para o embelezamento da cidade, quais foram as dicas que deram, qual foi o envolvimento dos cidadãos na criação deste espaço, no embelezamento, na arquitetura, quais foram as sugestões que deram, gostava de saber qual foi o envolvimento que a Câmara aqui trouxe?*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Por outro lado, é sabido que os comerciantes, ou as atividades económicas daquela zona têm condicionalismos que estão a ser impostos pelas obras. Eu gostava de saber qual o tempo que estas obras vão demorar e por quanto tempo as pessoas são ser incomodadas?*

*Outra questão, os táxis mantêm-se ali naquele local, não seria de bom-tom aproveitar a oportunidade para deslocar os táxis para os sítios onde eles realmente prestam serviço ou devem estar, que são as estações rodoviárias e ferroviárias e libertar aquele espaço para aquilo que ele efetivamente deve servir?"*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente**, que respondeu o seguinte:

*"Eu ia dirigir-me primeiro à questão que foi apresentada pelo Eng.º João Pedro Gonçalves para aproveitar para esclarecer aqui um equívoco, não vai ser dentro daquele espírito de que os executivos municipais do PSD do CDS quando chegam ao exercer funções são muito socialistas.*

*Há uma coisa que eu lhe digo que não vai acontecer, não vai ser a Câmara Municipal que vai fazer a exploração de estabelecimentos comerciais que animam as zonas que foram requalificadas sob o ponto de vista dos espaços públicos, por razões evidentes, e portanto eu percebi pelas suas palavras que essa seria a sua solução socialista.*

*O espaço de intervenção pública está muito bem identificado e, aliás, os últimos programas de animação comercial desenvolvidos por governos socialistas não faziam intervenções em espaço público, faziam-no todo em espaço privado. Mais tarde quando conseguimos, através desta candidatura do aumento das parcerias da regeneração urbana no mais centro, aquilo que foi agora desenvolvido tem uma lógica completamente diferente, por exemplo um dos parceiros deste projeto era a Associação Comercial, quem faz uma leitura atenta das informações do Presidente de Câmara, desde 2012 que sabe que existem nove projetos, destes, sete são da Câmara porque já se passou o da Adilpom para o Município, e destes dois que faltam um era da Paróquia e o outro era da Associação Comercial e Serviços.*

*Neste projeto existiam trezentos e sessenta mil euros para fazer animação, fazia parte da estratégia, fazia parte da candidatura. Quando os parceiros não conseguem desenvolver as suas candidaturas, não se pode pedir ao município que faça o trabalho dos outros. Nós concebemos a solução quando intervenção em espaço público e em espaço privado de forma equilibrada e com uma componente fortíssima sob o ponto de vista do investimento privado, mais, quando se deu a alteração das cotas de participação comunitária de 65% para 85% o município abdicou da participação que lhe era devida, para dar essa participação toda aos privados precisamente para que os esforços da componente não financiada, fosse mais pequena por parte dessas entidades. Foi isso que foi comunicado à entidade gestora das parcerias e foi isso que foi dito em reuniões realizadas aqui aos vários parceiros que conosco apresentaram esta candidatura.*

*Agora nós sabemos que temos um trabalho complementar a fazer, de animação, de promoção, de atrair para ali atividades, mas no nosso modelo social não existem cafés com essas características, nem exploração de snack bares que sejam do Município, não é essa a nossa missão e essa com certeza que não vai ser a resolução do nosso processo.*

*Continuando ainda, Senhor Presidente de Junta de Almagreira, a Câmara já recebeu as propostas dos vários concorrentes que se apresentaram para realizar o projeto do emissário. Estão nesta altura a ser apreciados pela Câmara e eu tenho a indicação que no primeiro semestre de 2013, poderemos ter o projeto do emissário concluído, o que significa que, em função disto, teremos que ver a estimativa que esta intervenção tem, a viabilidade de haver alguns restos de fundos*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*comunitários que estejam disponíveis para se perceber de que forma é que este processo pode avançar.*

*Eu não tenho aqui o meu PPI de 2013, não lhe sei dizer qual é que é o valor que está previsto para Almagreira, na componente de comunicação e transportes, mas essa avaliação, como sabem, é sempre feita daquilo que são as intervenções de investimento em repavimentações, nomeadamente naqueles casos em que houve uma degradação acentuada dos pavimentos por força do trabalho de saneamento, como é o caso da zona dos Netos, Lagares e de Reis de Baixo, porque foram zonas que entretanto foram intervencionadas e que estão com tapetes em muito más condições.*

*Quando ao Senhor deputado Vítor Gomes relativamente à questão do timing das parcerias da regeneração urbana. As parcerias da regeneração urbana são um conjunto de projetos que foram negociados num determinado momento e que tinham um limite para ser executado.*

*Nenhuma obra podia demorar mais de dois anos a ser executada e todas as obras mais que três, é evidente que na calendarização de cada uma delas, quer sob o ponto de vista financeiro, quer sob o ponto de vista do transtorno público, quer sob o ponto de vista da complementaridade dos projetos, teve que ser ponderado tudo, de modo a que depois de requalificarmos a Rua de Albergaria dos Doze e a Rua João de Barros, fossemos executar o parque de estacionamento subterrâneo.*

*Não fazia muito sentido que depois de fazermos a intervenção aqui nas Tílias, voltássemos a fazer tudo por causa do Largo do Cardal, portanto os espaços estavam fisicamente limitados, eram complementares e obedeciam a uma determinada cadência.*

*Portanto, não fique com essa ideia de que fazer esta obra nesta altura inviabiliza a execução de outras obras noutros locais, porque estes dinheiros estão absolutamente consignados, só podem ser gastos nestas obras, nestes montantes e neste tempo, se não forem são perdidos.*

*Percebo que numa lógica antiga havia uma utilização muito mais indisciplinada, muito mais transversal dos fundos comunitários. Aliás eu recorro que a única exceção que existe a uma regra orçamental, que é chamado o princípio da não consignação, ou seja todas as receitas municipais entram para um bolo e depois serão distribuídas em função das opções políticas que a Câmara proponha e que a Assembleia aprove.*

*Nestes projetos há o princípio de consignação, este dinheiro vai para aquelas obras para ser gasto naquele tempo e apenas para aquele fim. Utilizar este dinheiro para fazer outras obras é uma ilegalidade, é uma prevaricação e é questionar tudo aquilo que são os compromissos que não assumimos e temos contratos de financiamento para executar com rigor estas intervenções.*

*Quanto á preocupação que manifestou com os cidadãos. O Município adoptou uma estratégia de muita preocupação com os cidadãos, porque antes de qualquer obra no âmbito do centro histórico, nomeadamente estas que estão no espaço público e que têm cidadãos diretamente prejudicados porque é a rua, à sua porta, que fica impraticável, todos os cidadãos são chamados para virem aqui conhecer aquele troço do projeto, com a presença das forças de segurança, dos empreiteiros, da fiscalização da obra, da proteção civil, dos bombeiros, dos serviços técnicos e da Câmara Municipal, onde se explica aos cidadãos o que é que vai ser feito, quanto tempo é que demorará, onde é que podem pôr os carros, quem é que tem garagem para receber um cartão para estacionar no parque de estacionamento subterrâneo, para saber se têm apoio domiciliário e perceber se precisam de uma alternativa, em caso de incêndio ou alguma catástrofe como é que os bombeiros vão acudir, que meios é que estão previstos.*

*Todo este trabalho é feito antes da intervenção começar e é comunicado diretamente a todos os cidadãos. Para quem não possa vir, o Gabinete de Apoio ao Presidente tem uma linha para*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*responder a essas informações, os projetos estão disponíveis on-line e, portanto, essa linha está sempre aberta para prestar todos os esclarecimentos, apreciarem todas as observações e procurar saber todas as correções que sejam necessárias, informando que o prazo que está previsto para a conclusão destas obras é o dia 10 de julho, antes das tradicionais Festas do Bodo.*

*Como sabem, há outras empreitadas que demoraram mais algum tempo e portanto a intervenção na Rua João de Barros e da Rua de Albergaria dos Doze podem chegar ao final do ano de 2013, que é a data limite desta intervenção, de acordo com o compromisso que foi assumido e com o prazo que nos deram.*

*Relativamente aos táxis, eu peço-lhe imensa desculpa, mas o Senhor teve aqui o Arquiteto uma hora para responder a perguntas, mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: Há pelo menos quatro anos que, se reparar, junto ao Centro de Saúde, junto à Central de Camionagem e junto à Estação de Caminho de ferro, há parques para os táxis e, como sabe, o regime dos táxis em Pombal é um regime diferente, não é um regime que os táxis possam andar por onde querem, é um regime condicionado e portanto o número de praças disponíveis em Pombal é muito maior que o número de táxis, precisamente para permitir que eles possam andar de um lado para o outro.”*

### **Ponto 2.2 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano.**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que apresentou o documento, como se segue:

*“De acordo com o que está aprovado pela Câmara e que já tinha sido antecipadamente informado também á Assembleia Municipal quanto à aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, em 28 de dezembro de 2012, já se sabia que haveria na Assembleia Municipal de fevereiro a incorporação dos saldos transitados da exploração de 2012, que foram depois calculados em seis milhões seiscentos e trinta e dois mil euros.*

*Sintetizado o conjunto de afetação que estas receitas terão e correspondendo também àquilo que foi uma informação que a Câmara deu, foi discutido em sede de Câmara e também transmitida à Assembleia Municipal, existiam algumas rubricas onde a dotação que estava prevista quando aprovámos o Orçamento para 2013 era incompleta, por exemplo, o valor que estava previsto transferir para as Juntas de Freguesia que beneficiam dos parques eólicos, se todo o vento corresse de feição como em 2012, não era o valor que estas juntas receberiam, era uma parte desse valor. Ora o Município não pode transferir uma parte desse valor, tem que transferir esse valor todo, aquilo que agora fizemos foi repor esses valores uma vez que temos esta receita que vem do saldo de 2013.*

*Também tínhamos, e estamos a falar aqui no Plano de Atividades Municipal, depois vamos falar de questões de investimentos, verbas que estavam destinadas, por exemplo, ao pagamento da valorização e tratamento dos resíduos sólidos urbanos que não estavam completos, isto é, até junho tínhamos orçamento mas nós temos que continuar a tratar o lixo até dezembro e, portanto, houve aqui um reforço também destas verbas.*

*A maior parte desta receita não vai ser para despesas correntes, portanto se tiveram o cuidado de fazer as contas, dos seis milhões seiscentos e trinta mil euros que estão a aumentar o nosso orçamento, que caso seja aprovado pela Assembleia passará a ter o valor global de setenta e dois milhões e quinhentos mil euros, temos um incremento de quinhentos e trinta e três mil euros para o*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Plano Plurianual de Investimentos e para o Plano de Atividades Municipais mais um milhão e trezentos mil euros, o que faz com que o nosso orçamento de investimento com esta correção passe a ter um montante de cinquenta e três milhões trezentos e oitenta e dois mil euros.*

*Simplificando, o que está proposto é o reforço de duzentos e cinquenta mil euros para a construção e beneficiação de outros edifícios. Aqui estamos a pensar na requalificação do imóvel adquirido na Rua do Cais, cá está um caso do investimento municipal numa aquisição que vai ser posta à disposição de casais mais novos; aquisição de uma viatura da RSU, cento e oitenta mil euros; quinhentos mil euros para reforço do Centro Escolar da Mata Mourisca; vinte cinco mil euros para o de Pombal, para questões de projeto; duzentos e cinquenta mil euros para reforçar os transportes escolares, porque as rubricas que constavam não davam para o final do ano; seiscentos mil euros para a requalificação urbana da estrada nacional 237; setecentos mil euros para a requalificação dos terrenos dos Vinagres; quatrocentos mil euros para a requalificação urbana de Flandes, quatrocentos mil euros para a VALORLIS, para as questões de tratamento de resíduos sólidos; quinhentos mil euros para o Centro de Estudos Mota Pinto; duzentos mil euros para a beneficiação do Expocentro, para o desenvolvimento de um projeto para aumentar a capacidade de público e funcionalidade daquele espaço; novecentos e cinquenta mil euros de reforço dos investimentos para transportes e comunicações, nomeadamente, as pavimentações das várias freguesias; quatrocentos mil euros para requalificação do Mercado Municipal; quatrocentos mil euros para o projeto de requalificação da casa da Guarda Norte, que tem uma candidatura apresentada ao PRODER à qual guardamos resposta; duzentos e cinquenta mil euros para o contrato-programa com a PMUGEST; e os cem mil euros que estavam em falta para o Parque Eólico, para o Junta de Freguesia de Pombal.*

Colocado o documento a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**Odete Alves**, cuja intervenção se segue:

*“Como já foi aqui referido pelo Senhor Presidente em exercício, em 28 de dezembro, esta Assembleia discutiu, analisou e aprovou um conjunto de documentos que eram o orçamento e as grandes opções, que tinham sido apresentadas então pela Câmara Municipal.*

*Nessa mesma Assembleia, esta bancada fez uma intervenção sobre este assunto em que registou com agrado a redução de algumas despesas que se pensava que eram despesas com aquisição de bens e serviços, porém, também manifestou e chamou atenção para o facto de que era bom que esta redução fosse verdadeira e não estivesse aqui a ser mascarada de alguma forma, para que se viesse a pensar que havia redução quando afinal até havia um aumento destas despesas.*

*E analisados estes documentos, confirmam-se efetivamente, as nossas suspeitas, ou seja, parte das despesas que estão aqui e que fazem parte desta revisão, são despesas que entendemos que tinham que estar previstas no orçamento inicial apresentado em dezembro, porque tratava-se de despesas obrigatórias, tratava-se de despesas que a Câmara já sabia que tinha que contar com elas.*

*Verifica-se portanto aqui, do ponto de vista do orçamento inicial, uma intenção de mascarar a despesa.*

*O saldo de gerência anterior, de mais de seis milhões de euros, não deve ser utilizado para estas despesas que eram despesas obrigatórias, como por exemplo as despesas de recolha, tratamento e reciclagem de resíduos sólidos urbanos, serviços de limpeza, manutenção de edifícios infra-estruturas e espaços municipais e, portanto, nós entendemos que é má técnica orçamental.*

*Estas despesas eram perfeitamente previsíveis e tinham que ser incluídas, tinham que estar contempladas no orçamento inicial. Até porque esta transferência de saldo de gerência poderia ser utilizado para colmatar aqui algumas deficiências que já tinha apontado em relação ao orçamento*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*inicial e reforçar áreas que nós consideramos importantes como a educação e a economia. Era bom de facto se a Câmara tivesse aproveitado esta oportunidade de corrigir estas mesmas deficiências e fazer as revisões, tendo em conta estas necessidades.*

*Registamos com agrado o investimento na área designadamente no Centro Escolar da Mata Mourisca e também Pombal, contudo não podemos prescindir de deixar aqui uma nota negativa para o facto de não estar aqui previsto nenhum tipo de investimento para outros Centros Educativos que considerávamos ser investimentos claramente mais importantes e prioritários e que fazem mais falta à população do que, por exemplo, estas obras que estão aqui mencionadas de beneficiação de edifícios municipais, requalificação urbana, mesmo esta requalificação da casa da guarda norte, nós não pomos em causa estes investimentos, gostaríamos era de facto que a Câmara desse prioridade a outro tipo de áreas de intervenção, que as considerasse mais importantes para garantir assim o desenvolvimento económico-social deste concelho que tanto debatemos aqui, em todas as Assembleias.*

*Assim esta bancada irá mais uma vez votar contra esta proposta aqui apresentada, porque consideramos que a Câmara mais uma vez insiste nos erros políticos que já foram enunciados, em matéria do desenvolvimento do Concelho e que compromete, mais uma vez, um investimento nas áreas da educação e da economia, esquecendo as necessidades mais importantes e mais prementes da população.”*

**Pedro Brilhante**, que interveio como se segue:

*“Relativamente à Revisão do Orçamento e das GOP’s, refiro que para além de muitas outras rubricas chamou-nos a atenção a aposta relevante no aumento da dotação de verbas na rubrica de educação, que para nós, na JSD, demonstra a grande aposta que o Município tem feito e continuará a fazer nesta área.*

*Exemplo disto, esta afectação duma verba de quinhentos mil euros para o início da construção do pólo escolar da Mata Mourisca. Esta aposta e estas verbas são relevantes, gostaríamos nós que em caso de possibilidade pudessem ser ainda mais avultadas.*

*Mas, ainda no que se refere a estas matérias de educação, gostaria de referir em primeiro lugar que nunca, em tempo algum, a JSD de Pombal se apresentou como uma estrutura com um enorme peso e influencia no futuro dos destinos de Pombal, essa é uma conclusão vossa e não nossa, mas com a qual nos sentimos muito lisonjeados e, portanto, agradecemos o reconhecimento. Temos de facto propostas ideias, estratégias. Ainda há um longo percurso a percorrer e nós iremos percorre-lo com toda a certeza.”*

Nesta altura a intervenção foi interrompida por Tiago Galvão, tendo **Pedro Brilhante** acabado por dispensar o uso da palavra com a seguinte justificação:

*“Senhor Presidente, vou prescindir da palavra, não estamos para este tipo de espectáculos que degradam a democracia e a falta de respeito pela opinião contrária, portanto vou prescindir para que não se passe mais este circo aqui presente.”*

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que respondeu da seguinte forma:

*“A Dra. Odete Alves apresentou aqui as suas conclusões sobre a proposta de orçamento, que foi aprovada em dezembro e eu pedia-lhe que lesse a ata da Câmara que foi junto às propostas de orçamento que aqui foram apreciadas e procurasse a parte onde está expressamente mencionado que na VALORLIS, nos transportes escolares, nos parques eólicos, etc., não estava incluída intencionalmente a dotação completa.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Discordo absolutamente consigo relativamente à questão de dizer que é má técnica orçamental. Sabe porquê? Má técnica orçamental seria nós termos essas dotações completas até 31 de dezembro de 2013 e não termos as dotações dos financiamentos próprios para fazermos os investimentos comunitários, porquê? Porque a seguir chegava o tribunal de contas e perguntava “tem fundos próprios para o resto? Não tem? Não faz a obra”. Portanto, como nós queremos executar em tempo, temos obrigações sob o ponto de vista cronológico para cumprir, entendemos que é irrelevante para as juntas de freguesias que recebem apenas este montante, depois de ele ter sido liquidado pela EDP, se está no orçamento metade ou não está quando no final do ano eles vão recebê-lo todo, é irrelevante para a VALORLIS estarem lá duzentos mil ou quatrocentos mil euros, quando sempre que for necessário fazer a liquidação da fatura do mês correspondente, esse dinheiro vai lá estar, é irrelevante para qualquer circunstância e, portanto, esta foi a prioridade.*

*O que eu lhe peço é que não fique com a ideia de que o Município, usando as suas palavras, fez uma suborçamentação com a intenção de não apresentar, isso é mentira, foi uma leitura deficiente que permitiu chegar a essa conclusão, não foi a forma com que a Câmara o comunicou.*

*As opiniões políticas são diferentes, mas deixe-me dizer-lhe que nós achamos que é desenvolvimento económico-social fazer investimento na Mata do Urso, onde potenciamos o turismo, nós achamos que é, mas aceitamos que haja quem assim não entenda.*

*E quanto a erros políticos deixe-me dizer-lhe sobre as questões dos centros escolares. Sabia que já há, nesta altura, centros escolares financiados pelo QREN, acabados de construir em 2009, no distrito de Leiria, de municípios socialistas que já estão fechados?*

*Nós não podemos dizer que isto não vai acontecer, mas nós não queremos que isto aconteça e portanto temos que ter a maior atenção nessa programação, porque em 2012, nasceram menos quatrocentas crianças no concelho de Pombal, o que significa que em 2018, se tivermos uma turma da primeira classe em cada freguesia de Pombal, vejam o que aí vem.*

*É evidente que o plano de investimento que foi aprovado e que foi concretizado tem a ver com uma carta educativa, a carta educativa tem um prazo de cinco anos por razões evidentes e portanto, o município, os dinheiros públicos, a Assembleia Municipal tem que ser preocupada a olhar para estes números, para perceber o que é que está já construído, para onde a natalidade nos leva e estar especialmente atentos aos investimentos que vamos fazer. Nós não estamos aqui a discutir se todas as freguesias devem ter centro escolar, nós não estamos a discutir isso, estamos a discutir é se, com o panorama que temos em cima da mesa, fazer isso é uma coisa bem feita.*

*Agora temos ou não temos dúvidas fundamentadas para achar que aquilo que em tempos achamos ser possível hoje já não é, por força das circunstâncias que temos. Todos os contributos serão insuficientes para podermos decidir bem e ter a certeza que a fecundidade continuará avançar.*

*Um pequeno comentário á intervenção do Pedro Brilhante, não se trata de quinhentos mil euros para o Centro Escolar da Mata Mourisca, trata-se de mais quinhentos mil euros para o Centro escolar da Mata Mourisca que fica com uma dotação de um milhão e quatrocentos mil euros, portanto fica aqui a condição do rigor que o orçamento merece.”*

**Colocado a Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com nove votos contra da bancada do Partido Socialista.**

**Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta, para efeitos de imediata execução.**

**Ponto 2.3 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre a 5.ª alteração ao Plano Diretor Municipal de Pombal.**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que usou da palavra como se segue:

*“Partilhando convosco, fica na minha memória que acabámos de assistir á reprovação do reforço de dotação orçamental de cento e sessenta mil euros para a requalificação do caminho municipal 1016 que liga a estrada nacional 342 com os Casais do Porto – Valarinho, pelo senhor Presidente de Junta do Louriçal.*

*Sobre este ponto trata-se duma modificação dos artigos 4.º, 10.º, 16.º e 34.º do nosso regulamento do PDM e que dizem respeito, seja a uma modificação do espaço mineiro, seja a uma alteração relativamente a duas notas que estavam nos artigos 10.º e 16.º relativamente as densidades de ocupação e à conversão dos espaço comerciais em zonas habitacionais e, por fim, no artigo 4.º a clarificação sobre os conceitos de densidade máxima e densidade líquida máxima.*

*São ações que já foram aprovadas pela Assembleia, tiveram em discussão pública e estão em condições de serem aprovadas para que resolvam os problemas que estão identificados, sublinhando que o problema que se prende com o espaço mineiro diz respeito ao conjunto de intervenções que são feitas na Mata do Urso, isto é a construção da estação de tratamentos de águas no Carriço e as adutoras para Pombal.”*

Colocado este assunto a discussão, inscreveram-se os seguintes membros:

**Odete Alves**, que fez uso da palavra para dizer o seguinte:

*“Nós, quando fomos agora convocados para esta assembleia, foi-nos remetida uma cópia, um pequeno extracto duma reunião de Câmara em que, no fundo, se menciona a alteração do Plano Director Municipal – Aprovação, e é dada a informação da divisão de urbanismo, que basicamente sugere que a Câmara delibere ponderar os resultados da discussão publica e manter a proposta de alteração ao regulamento. Só que não seguiu essa proposta de alteração ao Regulamento, portanto nós não podemos debruçar-nos sobre ela, razão pela qual temos que nos abster neste ponto, por falta de suporte documental para convenientemente o podermos fazer.”*

**José Neves**, usou da palavra como se segue:

*“Permitam que responda ao reparo da parte do senhor presidente em exercício, de que eu apesar de ter votado contra, votei contra na generalidade e não votei contra àquele item em específico. Votei contra na generalidade e por uma questão de coerência porque também votei contra as opções do plano para 2013.*

*Mas já agora que fez o reparo, aproveito para lhe dizer que eu até não estava à espera que um voto da minha parte merecesse a sua chamada de atenção. Eu na generalidade não concordei com as opções.”*

**Colocada a 5.ª alteração ao Plano Director Municipal de Pombal a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com sete abstenções da Bancada do partido Socialista.**

**Mais foi deliberado aprovar esta deliberação por minuta para efeitos de imediata execução.**

***Ponto 2.4 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre remodelação/ampliação da ETAR de Pombal - Declaração de interesse municipal.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que explicou a necessidade desta declaração, como se segue.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*“O que é pedido à Assembleia Municipal é que ao aprovar a declaração de interesse público que aqui se apresenta, habilite o Município a instruir devidamente o processo de reconhecimento de relevante interesse público, no âmbito da Reserva Ecológica Nacional, de forma a que os trabalhos de ampliação da nossa ETAR possam cumprir com os requisitos legais impostos.*

*É importante dizer porque é que é agora que este assunto aqui vem, quando é uma situação que já podia ter sido suscitada há mais tempo. Vem agora porque não houve entendimento com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, relativamente à forma com que, em concreto, esta intervenção poderia ser feita.*

*Para o Município era claro que um espaço que hoje já está no PDM, identificado como sendo um espaço reservado a ETAR, que está na planta de condicionantes como sendo um espaço reservado a ETAR e a planta da REN, em Pombal, é posterior à planta dos condicionantes aprovados.*

*A nossa planta do PDM é de 4 de dezembro de 1995 e a nossa aprovação da Reserva Ecológica Nacional é de 9 de maio de 1996, não faz sentido dizer-se que esta não é uma obra prevista antes da REN existir, está lá escrito, no PDM, e nós entendemos que por estar escrito não seria preciso fazer este trabalho.*

*A CCDR entende que se vamos ter equipamento com maior dimensão, se as estradas podem ser mais pequenas, se os armazéns podem ser maiores, então, em rigor, a área métrica que venha a ser ocupada em REN é diferente e, portanto, é preciso isto e nós cá estamos a cumprir.*

*A obra já está adjudicada por cinco milhões novecentos e trinta e nove mil euros, já começou, o prazo de execução é de trezentos e sessenta e cinco dias e, portanto, o que se pede é a aprovação deste reconhecimento de forma a que possamos instruir o processo e que ele decorra no âmbito do seu licenciamento normal, obrigado.”*

**Colocado este ponto a discussão não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta declarar o interesse municipal da obra de remodelação/ampliação da ETAR de Pombal.**

***Ponto 2.5 – Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre alteração aos estatutos da PMUGEST- Pombal, Manutenção Urbana e Gestão, E.M., na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Vice-Presidente da Câmara** que apresentou o documento em apreciação, como se segue:

*“Com a entrada em vigor da Lei 50/2012 impunha-se ao Município, por força da mesma disposição legal, que verificasse se eram ou não eram cumpridos os indicadores de sustentabilidade que estão previstos do artigo 62.º da mesma Lei, de forma a que a empresa pudesse continuar a existir.*

*A administração da empresa entendeu suscitar, junto do revisor oficial de contas, essa informação que, claramente, identifica as quatro circunstâncias sendo que bastava uma delas para que não existisse viabilidade de funcionamento da empresa. Não foi esse o entendimento do revisor oficial de contas, mas antes no sentido absolutamente contrário, isto é, as quatro situações que estavam previstas serem limitativas da continuidade da empresa não se verificaram, termos em que seria preciso modificar os estatutos, confirmada que estava a viabilidade de continuação de existência da PMUGEST.*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Em síntese, as alterações propostas têm a ver com uma modificação, digamos assim por força da própria Lei, do enquadramento jurídico das empresas municipais que passam a ser tidas em linha de conta como uma sociedade comercial qualquer, portanto, a nossa, em princípio, até sob o ponto de vista da denominação, será acrescentada de sociedade anónima, embora só tenha um único acionista, o Município.*

*Haverá também uma alteração nos seus órgãos sociais. Atualmente temos apenas o Conselho de Administração e o Fiscal Único, passando a haver também uma Assembleia-geral que será designada pelo Município.*

*Existe também uma alteração, nos termos da Lei, da fundamentação dos modelos de contratação, isto é, tendo em conta aquilo que era uma das tais condições que estavam previstas para a sua continuação, que era de que maneira é que os financiamentos que o Município fazia à empresa, não sendo correspondidos por serviços, limitavam sob o ponto de vista a sua continuidade.*

*O que vai acontecer é que, efetivamente, os termos do contrato-programa passam a ser absolutamente residuais, o que significa que a contratação será modificada para o modelo da contratação in-house que, como sabem, é uma das modalidades previstas no Código dos Contratos Públicos.*

*Assim, a Assembleia-geral será representada pelo Município que é o seu único acionista e terá um Presidente e um Secretário; o Conselho de administração continuará a ter três membros, um Presidente e dois Administradores que serão eleitos em Assembleia-geral de acionistas; e, o Fiscal Único será ou revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que serão propostos pela Câmara Municipal e nomeados por esta Assembleia Municipal.”*

Colocada a alteração aos estatutos da PMUGEST- Pombal, Manutenção Urbana e Gestão, E.M. a discussão inscreveu-se o seguinte membro:

**João Gonçalves**, que fez uso da palavra para dizer o seguinte:

*“Eu vou intervir sobre esta matéria porque quanto à constituição da PMUGEST, ao que parece eu fui o único que não a votei favoravelmente. Houve aqui uma abstenção, espero que tenha ficado registada em ata, porque tínhamos acabado de sair de uma situação da Pombal Viva, com todas as condicionantes e todos os embaraços.*

*Eu achei que a PMUGEST também servisse para fazer algum papel parecido ou semelhante à Pombal Viva. Portanto acho que a PMUGEST tem âmbito a mais, ou seja, o âmbito da PMUGEST é demasiado, aquilo dá para fazer tudo e mais alguma coisa.*

*Esta Câmara tem-se tornado cada vez mais socialista, à medida que o tempo vai passando e a PMUGEST foi o melhor exemplo disso e portanto eu vou-me abster outra vez como fiz da primeira vez, é só isto que queria dizer.”*

**O Senhor Presidente da Assembleia**, referiu o seguinte:

*“Faz parte da minha estrutura mental ser imune a provocações, por respeito da função de que estou incumbido, não só aqui como na profissão, executo isso na minha vida e nunca me dei mal, de maneira que sugiro-lhe uma moderação de diálogo, uma maior explicitação de discurso, que às vezes deixa a Mesa confusa por não saber a que se refere, e vamos prosseguir os nossos trabalhos.”*

**De seguida colocou a alteração aos estatutos da PMUGEST- Pombal, Manutenção Urbana e Gestão, E.M. a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e por minuta.**

Durante e depois da votação gerou-se alguma contenda que não é perceptível na gravação, após a qual os líderes das Bancadas pediram a palavra:



## MUNICÍPIO DE POMBAL

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** dirigiu-se à líder da Bancada do Partido Socialista, da seguinte forma:

*“Dra. Odete, como líder da Bancada, solicito a sua colaboração para que estes trabalhos possam chegar ao fim.”*

**Odete Alves**, que referiu o seguinte:

*“Senhor Presidente, a direção dos trabalhos é que, no fundo, acaba por fazer a Assembleia e quando a direção dos trabalhos também falha, é natural, não é aceitável mas é natural, que as pessoas também percam aqui as estribeiras.*

*“Quem não se sente não é filho de boa gente”, é certo que não se pode responder com o mesmo tipo de insulto ou de questões menos próprias para esta Assembleia.*

*Todos nós, a começar pelo Presidente da Assembleia temos o dever de dignificar este Órgão e, portanto, a posição que cada um de nós assume aqui dentro é um conjunto de posições que depois traduz exactamente aquilo que é esta Assembleia.*

*Eu, da minha parte, tudo farei para resfriar alguns ânimos e tentar pôr ordem aqui na bancada, mas também gostaria que o Senhor Presidente tentasse levar os seus deveres e as suas competências de uma forma mais rigorosa.”*

O **Senhor Presidente da Assembleia** respondeu como se segue:

*“Eu convido-a a analisarmos a ata e depois vemos quem prevaricou.*

*Penso que encontrou em mim a sinceridade absoluta de confessar onde estava o erro que acho que cometi, num aceso diálogo consigo, e depois, consultando o Regimento, retratei-me.*

*Depois disso, tenho vindo a assistir, da parte de dois ou três elementos da sua bancada, a provocações constantes que nada têm a ver com aquilo que nos trouxe aqui.”*

**João Coucelo**, cuja intervenção se segue:

*“Felizmente, os assuntos tinham interventores de elevada qualidade e eu tinha prometido que não ia falar, a menos que alguma coisa de anormal acontecesse nesta Assembleia e, realmente, eu acho que aconteceu.*

*Os líderes de bancada têm por obrigação controlar e disciplinar o funcionamento das suas bancadas e apelar ao bom senso e à moderação das palavras, agora, há imprevistos. Quando nós sabemos o que é que as pessoas vão falar e preparamos as Assembleias, nós sabemos o que é que as pessoas vão dizer mais ou menos e que temas é que vão abordar, ora não podemos é conhecer as espontaneidades de algumas pessoas que às vezes utilizam expressões menos felizes e se esquecem do local onde estamos colocando dificuldades ao Presidente da Assembleia.*

*O Presidente da Assembleia tem uma importância grande na condução dos acontecimentos na Assembleia, mas há e houve aqui manifestas intervenções que foram extremamente desagradáveis na forma em como não respeitaram o próprio papel da Mesa.*

*Se a mesa não intervém na altura própria, a pessoa pode recriminar, repreender, etc., mas houve, tal como estamos assistir agora, pessoas que exorbitaram das suas funções para dizer aquilo que não deviam, em alturas em que não deviam, como é o caso do Dr. Adelino Mendes neste momento.”*

### 2.6 - Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre Mapa de Pessoal para 2013 – alteração.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** em exercício que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, conforme documento previamente distribuído por todos e que a seguir se transcreve:

### **“Ponto 10.1. Mapa de pessoal para 2013 - alteração**

*Foi presente à reunião a informação n.º 000011/DMRHMA/13, do diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, cujo teor transcreve:*

*“ASSUNTO: Primeira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2013*

*Considerando que:*

*I. Foi aprovado o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, em reunião do Órgão Câmara Municipal, de 18/12/2012, e do Órgão Assembleia Municipal, de 28/12/2012, contendo todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar em 2013;*

*II. Na sequência do levantamento de necessidades de Recursos Humanos para o corrente ano, aquando da elaboração do Mapa de Pessoal, efetuado em novembro de 2012, foram analisadas as necessidades de recrutamento mais urgentes e necessárias para a prossecução das várias atividades do Município com base nas diversas informações apresentadas pelas chefias;*

*III. Foram publicadas várias alterações legislativas, designadamente na Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro, as quais colocam em causa a abertura de parte dos procedimentos concursais que haviam sido previstos naquele Mapa de Pessoal;*

*IV. Aquelas alterações legislativas impõem uma redução de 2% do número total de trabalhadores existente a 31 de Dezembro de 2012, bem como a*

*V. Se verifica a necessidade de proceder ao recrutamento de um Técnico Superior – área de solicitação, para a unidade Jurídica, Incumbiu-me o Sr. Presidente da Câmara de elaborar a presente informação e à mesma anexar uma proposta de alteração do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, em vigor para o ano 2013, as quais, se consubstanciam no seguinte:*

*- Tendo por base o que estabelece o art.º 59.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (LOE 2013), propõe-se que sejam eliminados os postos de trabalho a ocupar por contrato por tempo determinado ou determinável a seguir indicados: 1 posto de Trabalho de Técnico Superior (Engenharia Civil) previsto na Unidade de Projetos, Controlo e HST; 1 posto de trabalho de Técnico Superior (Engenharia Técnica Agrária ou Curso superior em área afim) previsto na Unidade de Recursos Naturais; 1 Posto de Técnico*

*Superior (Engenharia Eletromecânica), previsto na Unidade de Águas.*

*- Relativamente aos postos de trabalho a ocupar por contrato de trabalho por tempo indeterminado e face aos considerandos supra, propõe-se a criação de 1 posto de trabalho de Técnico Superior (área de Solicitação) para a Unidade Jurídica e a eliminação do posto de trabalho de Assistente Técnico previsto no Gabinete de Comunicação.*

*Face ao exposto, propõe-se que o que seja exarado o necessário despacho com vista à discussão desta alteração ao Mapa de Pessoal na próxima reunião de Câmara e que posteriormente se submeta o mesmo à Assembleia Municipal para aprovação.*

*Nota: Anexa-se Mapa de Pessoal com as alterações introduzidas.*

*À Consideração Superior.”*

**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2013.**

**Mais deliberou, por unanimidade, submeter a presente deliberação à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

**Não se tendo verificado qualquer inscrição para usar da palavra, passou-se à votação, tendo a primeira alteração ao Mapa de Pessoal para o ano 2013, sido aprovada por unanimidade e por minuta, para efeitos de imediata execução.**

### ***2.7. Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara sobre abertura de procedimentos concursais – Parecer prévio.***

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara em exercício** que prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes, conforme documento previamente distribuído por todos os Membros da Assembleia e que a seguir se transcreve:

#### ***“Ponto 10.2. Abertura de procedimentos concursais – Parecer prévio***

*Foi presente à reunião a informação n.º 000012/DMRHMA/13, do diretor do Departamento Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, cujo teor transcreve:*

*"ASSUNTO: Abertura de Procedimentos Concurrais-Parecer prévio e pedido de autorização Considerando que:*

*I. Foi aprovado o Mapa de Pessoal para o ano de 2013, em reunião do Órgão Câmara Municipal, de 18/12/2012, e do Órgão Assembleia Municipal, de 28/12/2012, contendo todos os postos de trabalho ocupados e a ocupar em 2013 e assumindo como provável a aprovação da alteração àquele Mapa de Pessoal em reunião do órgão Câmara Municipal de 26 de fevereiro próximo e do órgão Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2013;*

*II. Na sequência do levantamento de necessidades de Recursos Humanos para o corrente ano, aquando da elaboração do Mapa de Pessoal, efetuado em novembro de 2012, foram analisadas as necessidades de recrutamento mais urgentes e necessárias para a prossecução das várias atividades do Município com base nas diversas informações apresentadas pelas chefias;*

*III. Naquele levantamento de necessidades, detetaram-se várias situações de falta de pessoal, designadamente devido a aposentações entretanto ocorridas ou à passagem a serviços melhorados de trabalhadores com incapacidade medicamente comprovada. Apesar disso, estas necessidades não poderão ser inteiramente satisfeitas devido à letra da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento de Estado para 2013, adiante designada por LOE 2013, a qual impõe uma redução de 2% no número de trabalhadores, e impede a livre abertura de procedimentos concursais, como adiante contextualizaremos;*

*IV. Perante este cenário, houve que estabelecer prioridades de entre as necessidades já identificadas e aprovadas no Mapa de Pessoal para 2013, tendo sido efetuadas várias reuniões para o efeito, nas quais se concluiu que as necessidades a atender ao nível do recrutamento para o ano de 2013 são, para além das duas assistentes operacionais (área auxiliar de ação educativa) cujo procedimento concursal já se encontra a decorrer, as seguintes:*

*a) 1 Posto de trabalho de Técnico Superior (área de Educação Social), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Divisão de Educação;*

*b) 1 Posto de trabalho de Técnico Superior (área de Gestão de Recursos Humanos), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Secção de Recursos Humanos – Departamento de Recursos Humanos e Modernização Administrativa;*



## MUNICÍPIO DE POMBAL

c) 1 Posto de trabalho de Técnico Superior (área de Segurança no Trabalho), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Unidade de controlo e Projetos de Higiene e Segurança no Trabalho – Departamento de Obras Municipais;

d) 1 Posto de trabalho de Técnico Superior (área de Solicitadoria), em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Unidade Jurídica; e,

e) 1 Posto de trabalho de Assistente Técnico – função arquivo -, em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, para a Secção de Obras Particulares.

Face aos considerandos supra referidos, e relativamente aos postos de trabalho referidos nas alíneas b), c), d) e e) do ponto anterior, propõe-se que se proceda ao recrutamento de candidatos que se inscrevam no universo a que se refere o n.º 4, do artigo 6.º da LVCR, isto é, candidatos que já possuam uma relação jurídica de emprego por tempo indeterminado previamente estabelecida.

Quanto ao posto de trabalho referido na alínea a) do ponto anterior, dada a sua especificidade, propõe-se que o respetivo recrutamento seja estendido a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, ou seja, a candidatos que se inscrevam no universo a que se referem os n.ºs 4 e 5, do artigo 6.º da LVCR; e, em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho por candidatos pertencentes àquele universo, também a candidatos que se inscrevam no universo definido no n.º 6 do artigo 6.º da mesma lei.

### Enquadramento Legal

1 - Com a entrada em vigor da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - LOE 2013 -, verificaram-se alterações quanto ao controlo do recrutamento de trabalhadores nas Autarquias Locais, designadamente, conforme disposto no n.º 2, do artigo 66.º, que a seguir se transcreve: “(...) 2 – Em situações excecionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respetivo órgão executivo, pode, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no setor de atividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) Seja impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, e 64-B/2011, de 30 de dezembro, e pela presente lei, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou outros instrumentos de mobilidade;

c) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam;

d) Sejam cumpridos, pontual e integralmente, os deveres de informação previstos no artigo 50.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, e 22/2012, de 30 de maio, e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro;

e) Seja demonstrado o cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do PAEF, considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano



## MUNICÍPIO DE POMBAL

anterior.

(...).”;

2 - Quanto à verificação dos requisitos previstos no ponto anterior, os quais, por via do disposto no n.º 1 do artigo 66.º da LOE 2013 são somente aplicável ao procedimento concursal destinados a candidatos que não possuam relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, in casu, o referido na alínea a) do ponto IV da presente informação, a seguir se indica os fundamentos que, em nosso entender, constituem cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e), do n.º 2, do artigo 66.º, da LOE 2013;

2.1 - Quanto à alínea a) do n.º 2 do citado artigo 66.º – Verifica-se diminuição e carência de recursos humanos nas áreas de atribuição e competências municipais a que se reporta o procedimento concursal referido na alínea a), tendo sido entendido que a proposta de abertura deste procedimento é a melhor forma de operar, com caráter de urgência, o reforço do número de trabalhadores afeto à mesma, sob pena de se verificar rutura na capacidade de resposta dos mesmos, de que resultaria grave dano para o interesse público. Com efeito, verifica-se que com as sucessivas transferências de competências para as autarquias na área de Educação, e atendendo ao elevado número de auxiliares de ação educativa que temos de gerir nos vários jardins de infância do concelho; as atividades de enriquecimento curricular e ainda a componente de apoio à família, o trabalho de coordenação na área de educação tem vindo a tornar-se cada vez mais complexo, exigindo maior e mais qualificado acompanhamento, sob pena da ocorrência de danos à prestação deste serviço.

Quanto à evolução global de Recursos Humanos em funções na CMP nos últimos 5 anos, verifica-se um decréscimo, o que pode ser constatado através da análise da Tabela I infra:

Tabela I

N.º de Trabalhadores ocupando postos de trabalho no Mapa de Pessoal a 31 de dezembro			
Ano	CTI	CTR	Total
2008	346	89	435
2009	328	85	413
2010	317	62	379
2011	409	0	409
2012	398	1	399

2.2 - Quanto à alínea b) do n.º 2 do citado artigo 66.º - Relativamente a este procedimento concursal por tempo indeterminado – área de Educação Social - a abertura do mesmo, independentemente do tipo de relação jurídica de emprego a criar, sê-lo-á no estrito cumprimento da legislação aplicável em vigor, designadamente no previsto nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro na sua atual redação e no art.º 51.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Como atrás se referiu, propõe-se assim que, em linha com o princípio da eficiência e economia que deve nortear a atividade municipal, em sede deste procedimento concursal se proceda ao recrutamento concomitante de candidatos que se inscrevam no universo a que se referem os n.ºs 4 e 5, do artigo 6.º da LVCR; e, em caso de impossibilidade de ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho por candidatos pertencentes aos universos atrás referidos, seja dado parecer favorável pela Câmara Municipal para admitir candidatos que se inscrevam no universo a que se refere o n.º 6, do citado Artigo 6.º, da mesma LVCR.

Considera-se assim que, salvo melhor opinião, serão cumpridos, com a abertura do respetivo procedimento concursal nos termos propostos, aqueles mesmos requisitos.



## MUNICÍPIO DE POMBAL

2.3 - Quanto à alínea c) do n.º 2 do citado artigo 66.º – A demonstração de que os encargos com os referidos recrutamentos se encontram previstos verifica-se no Orçamento Municipal para o Ano de 2013, através da afetação do montante de 38.000€, para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal (Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado) na rubrica 01.01.04.04 daquele orçamento, e da afetação do montante de 75.000€, para o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal (Regime de Contrato de Trabalho por Tempo Determinado) na rubrica 01.01.06.04. Mais, os valores citados serão mais do que suficientes para suportar os encargos com as admissões que venham a ocorrer na sequência dos procedimentos concursais vertentes uma vez que, como atrás foi referido, as necessidades de recursos humanos identificadas aquando da elaboração do Mapa de Pessoal, são muito superiores àquelas que a legislação aplicável em vigor, designadamente a LOE 2013, permite satisfazer.

2.4 - Quanto à alínea d) do n.º 2 do citado artigo 66.º – Os deveres de informação previstos no artigo 50.º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, na sua atual redação e na Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, encontram-se integralmente cumpridos, tendo os respetivos mapas que suportam aqueles deveres sido remetidos para a DGAL, pela última vez, no passado dia 10 de janeiro de 2013. A próxima vez que esta obrigação se verificará até 10 de abril de 2013, conforme prevê o n.º 2 do art. 6.º da Lei 57/2011 de 28 de novembro.

2.5 - Quanto à alínea e) do n.º 2 do citado artigo 66.º – A medida de redução mínima prevista no artigo 65.º da LOE 2013 é de 2% do número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012, o que no caso desta autarquia representa a obrigatoriedade de reduzir em 7 (sete) o número de trabalhadores (conforme tabela II). Por razões óbvias, o cumprimento desta redução, apenas poderá ser demonstrado no final do corrente ano, em função das vicissitudes que vierem a ocorrer. Não existindo trabalhadores contratados a termo resolutivo (certo e incerto) a quem esta medida seja aplicável, sublinha-se que o cumprimento da mesma está diretamente ligado ao número e timing de deferimento dos pedidos de aposentação entretanto remetidos para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), sendo a aprovação desses pedidos unicamente dependente daquela entidade. Neste contexto, podemos avançar que, até à data, estão em situação de análise na CGA 21 pedidos de aposentação de trabalhadores pertencentes ao Mapa de Pessoal desta autarquia, os quais têm datas de entrada que variam entre abril de 2011 e fevereiro do corrente ano, permitindo antever, embora com margem de erro, que pelo menos os quinze pedidos mais antigos (os remetidos para a CGA até Dezembro de 2012), serão deferidos, o que garantirá o cumprimento do requisito de redução de 2% do número total de trabalhadores. Acresce que, em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 65.º da LOE, os trabalhadores atualmente ao serviço da empresa municipal PMUGEST que vierem a cessar funções durante o ano de 2013, serão considerados para o cumprimento da referida medida. Finalmente, e face ao disposto no n.º 5 do citado artigo 65.º, o trabalhador que vier a ser contratado na sequência do procedimento concursal de Técnico Superior - área de Educação Social, não será contabilizado para efeitos do número total de trabalhadores a reduzir uma vez que exercerá funções para assegurar o exercício de actividades objeto de transferência de competências da administração central para a administração local, no domínio da Educação.

Tabela II

N.º de Trabalhadores	N.º de Trabalhadores afetos à área da educação	Redução Mínima de
----------------------	--	-------------------



## MUNICÍPIO DE POMBAL

existentes a 31 de dezembro de 2012	e pagos pelo Ministério da Educação no âmbito do processo de descentralização de competências	trabalhadores
399	33	7

Desta forma, ficam cumpridos os requisitos previstos nas alíneas a) a e), do n.º 2, do artigo 66.º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - LOE para 2013, verificada que está a excecionalidade destes recrutamentos.

Face ao exposto, propõe-se que o Órgão Executivo delibere no sentido de:

- (i) autorizar a abertura dos procedimentos concursais supra mencionados no ponto IV;
- (ii) emitir parecer favorável para recrutamento de candidatos que se inscrevam no universo de trabalhadores previsto no n.º 6, do art.º 6.º, da LVCR no procedimento concursal mencionado na alínea a) do referido ponto IV, caso se verifique a impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por candidatos abrangidos pelos n.ºs 4 e 5, do artigo 6.º da LVCR; e,
- (iii) remeter a presente informação à Assembleia Municipal, para que igualmente autorize a abertura dos referidos procedimentos concursais."

**O Senhor Vereador Dr. Adelino Mendes, fez a seguinte intervenção:**

"Relativamente a este assunto, está tudo devidamente fundamentado quer do ponto de vista da fundamentação legal, da evolução do Mapa de Pessoal do Concelho, até mesmo do ponto de vista da fundamentação financeira, o que nada obsta à nossa apreciação.

A questão que eu queria colocar era qual o motivo, pelo qual o posto de trabalho de Técnico Superior para a Educação se dirige a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego publico, e todos os outros postos de trabalho cuja abertura de procedimento é aqui proposta, se dirige a funcionários com relação jurídica de emprego publico, por tempo indeterminado.

Outra questão prende-se com o facto de saber porque que é que este lugar, apesar de estar bem fundamentada a sua necessidade, dado o acréscimo de competências na área da educação, com responsabilidades acrescidas de coordenação, é na área da Educação Social. Eu confesso que nem sei bem que área é esta, do ponto de vista das competências funcionais, portanto é a única questão que não está aqui esclarecida, atendendo a que este lugar poderia ser ocupado, por exemplo, por um professor."

**O Senhor Vereador Dr. Fernando Parreira, respondeu o seguinte:**

"Como sabem, a educação está excecionada, uma vez que os postos de trabalho relativos a competências transferidas da Administração Central para a Local, não estão sujeitos exatamente às mesmas regras que os demais.

Relativamente à função em causa, educação social, tentámos que fosse uma ponte entre educação e a área social, portanto, achámos por bem que fosse alguém com este tipo de habilitações, até porque uma das áreas em que eventualmente a autarquia vai ter uma grande responsabilidade, é na formação de adultos e como sabem, neste momento acabaram todos os CNOs, e há uma série de novos programas dentro desta área, e foi exatamente por isto que a definimos como uma prioridade a ter em conta nos próximos tempos."

**A Câmara deliberou, por unanimidade:**

**Primeiro: autorizar a abertura dos procedimentos concursais mencionados no ponto IV da informação supra transcrita;**



## MUNICÍPIO DE POMBAL

*Segundo: emitir parecer favorável para recrutamento de candidatos que se inscrevam no universo de trabalhadores previsto no n.º 6, do art.º 6.º, da LVCR no procedimento concursal mencionado na alínea a) do referido ponto IV, caso se verifique a impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por candidatos abrangidos pelos n.ºs 4 e 5, do artigo 6.º da LVCR; e,*

*Terceiro: submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal, para que igualmente autoriza a abertura dos referidos procedimentos concursais, com o pedido de a deliberação a tomar ser por minuta, para efeitos de imediata execução.”*

**Colocado este ponto a discussão, não se verificou qualquer inscrição, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade e por minuta, aprovar a proposta da Câmara.**

Terminados os assuntos da ordem de trabalhos e não havendo ninguém do público inscrito para usar da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia deu por finalizados os trabalhos, eram vinte e uma horas e quarenta minutos, tendo-se lavrado a presente ata, que eu (1.º Secretário), subscrevo e vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O Presidente:

O 1.º Secretário:

A 2.ª Secretária: